

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 08 de novembro de 2010.

Edição nº 560

Nesta edição:

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

Atos Normativos	2
Editais	3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Atos Normativos	3
Boletins de Pessoal	3
Súmulas de contrato e convênios	3
Avisos de licitações	4
Editais	4

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins	5
----------------	---

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Boletins	20
----------------	----



Diário eletrônico Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 08 de novembro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 560

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2010

Dispõe sobre as eleições regionais para o Conselho de Gestão Compartilhada do Ministério Público.

A **PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 6º do Provimento nº 57/2009,

RESOLVE editar a seguinte Instrução Normativa:

Art. 1º Ficam designados os dias 29 e 30 de novembro de 2010 para realização da eleição eletrônica para escolha dos representantes, titular e suplente, de cada uma das regiões administrativas, previstas no Anexo Único do Provimento nº 57/2009, no Conselho de Gestão Compartilhada do Ministério Público.

Parágrafo único. O horário de votação iniciará às 09h do dia 29 e transcorrerá de forma ininterrupta até às 16h do dia 30.

Art. 2º Para essas eleições, o Procurador-Geral de Justiça nomeará uma Comissão Eleitoral composta:

I - pelo Presidente do Conselho de Gestão Compartilhada, que a presidirá;

II - por um membro de livre escolha do Procurador-Geral de Justiça para auxiliar o Presidente do Conselho de Gestão Compartilhada na organização das eleições;

III - Por 03 (três) Promotores de Justiça mais antigos na carreira, sendo 01 (um) da Capital e 02 (dois) do Interior do Estado.

Parágrafo único. No caso de empate na antiguidade na carreira, serão convidados os membros que tiverem mais tempo na entrância mais elevada; nos casos de impedimento ou outra causa de não-assunção, bem como nas hipóteses de vacância ou afastamento, a escolha recairá, sucessivamente, na ordem de antiguidade na carreira e na entrância mais elevada, respeitada a representação do inciso III deste artigo.

Art. 3º São inelegíveis para compor o Conselho de Gestão Compartilhada:

I - os Promotores de Justiça que se encontrarem desempenhando funções nos órgãos da Administração Superior do Ministério Público, nas Subprocuradorias-Gerais de Justiça, nos Centros de Apoio Operacional e Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional;

II - os que se encontram nas situações de afastamento do cargo previstas nos incisos I, II e III do artigo 46 da Lei nº 6.536, de 31 de janeiro de 1973 – Estatuto do Ministério Público.

Art. 4º Os Promotores de Justiça que tiverem interesse em concorrer na eleição da região administrativa a qual integram como titulares, na data de publicação desta Instrução Normativa, terão até o dia 19 de novembro de 2010, para encaminharem manifestação à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos por meio de protocolo virtual no Sistema de Protocolo Unificado - SPU.

Art. 5º A listagem dos Promotores de Justiça elegíveis de cada região administrativa será publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e estará disponível na INTRANET, a partir do dia 24 de novembro de 2010.

Art. 6º Todos os Promotores de Justiça em efetivo exercício, na forma da legislação institucional em vigor, são eleitores na região administrativa a qual integram como titulares, exceto aqueles que se encontram nas situações previstas no inciso II do artigo 3º.

Art. 7º A votação será exclusivamente por meio eletrônico, podendo ser realizada em qualquer computador conectado à rede de informática do Ministério Público, observados os seguintes procedimentos:

I - o eleitor receberá um email por meio de sua conta institucional (...@mp.rs.gov.br) contendo o endereço eletrônico da página de votação, o seu login e sua senha específicos para o processo eleitoral, na data e horário estipulados para o início da votação.

II - o eleitor deverá acessar a página de votação através do endereço eletrônico fornecido no email e seguir as instruções da página para registrar o seu voto;

III - quando solicitado, o eleitor deverá informar o seu login e senha específicos para o processo eleitoral fornecidos por email;

IV - ao final do processo o sistema emitirá a mensagem "Voto registrado com sucesso", o que indica que o voto do eleitor foi corretamente registrado e o procedimento de votação foi encerrado.

§ 1º Em caso de algum problema, o sistema exibirá a mensagem "Voto não registrado". Neste caso, o usuário poderá realizar o procedimento de votação novamente e, caso persista o erro, deverá entrar em contato com o suporte técnico.

§ 2º O suporte técnico será provido pela Unidade de Apoio ao Usuário pelo telefone (51) 3295-1770, em horário de expediente.

§ 3º O eleitor poderá repetir o procedimento de votação quantas vezes achar necessário, dentro do prazo estipulado no artigo 1º, sendo que somente o último voto registrado será considerado na apuração.

§ 4º Quando o eleitor não selecionar nenhuma opção de voto disponível e enviar seu voto para registro, o voto será considerado "em branco".

Art. 8º Serão considerados eleitos os Promotores de Justiça mais votados em cada região administrativa, que serão substituídos, nos casos de vacância ou impedimento, pelos suplentes, assim considerados os Promotores de Justiça que se seguirem na votação, pela ordem, respeitado o disposto nos incisos II e III do artigo 6º do Provimento nº 57/2009.

Parágrafo único. Havendo igualdade de votos entre dois ou mais candidatos o desempate se dará pela antiguidade na carreira.

Art. 9º O presidente da Comissão Eleitoral proclamará os eleitos, após conhecido o resultado da apuração, lavrando-se, a seguir, a ata que será entregue ao Procurador-Geral de Justiça para designação dos eleitos.

Art. 10. Os Promotores de Justiça integrantes da Comissão Eleitoral, ficam autorizados a se deslocarem para Porto Alegre, a fim de acompanharem o processo de eleição, sem prejuízo de suas funções.

Art. 11. A esta Instrução Normativa aplicam-se as disposições do Provimento nº 57/2009.

Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 13. Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de novembro de 2010.

SIMONE MARIANO DA ROCHA,

Procuradora-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Chefe de Gabinete.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 08 de novembro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 560

EDITAL Nº 202/2010 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria indeferiu a instauração de Inquérito Civil acerca de possível ato de improbidade administrativa, consistente em assédio moral da Diretora da Escola Municipal de Educação Infantil Sinval Guazzelli em relação à servidora Débora Barros dos Santos, requerente, no expediente PA nº 00924.00047/2010.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 05 de novembro de 2010.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Chefe de Gabinete.

EDITAL Nº 203/2010 - PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo promoveu o arquivamento da Peça de Informação nº 00872.00093/2010, em que reclamante Luci Terezinha Souto.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 05 de novembro de 2010.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA Nº 2407/2010

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**, publicar este extrato, para, nos seguintes termos:

1. Determinar, com fulcro no inciso I do Artigo 200 da Lei Complementar Estadual nº 10.098/94, a instauração de **Procedimento Administrativo de Sindicância Disciplinar** para apurar conduta imputada a servidor de provimento efetivo dos Quadros de Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, cujos fatos e qualificação constam do expediente, **SPU.PR.01055.00259/2010-1**, pela prática de fatos configuradores, em tese, infringência ao dever do inciso V, do Artigo 177, c/c o Artigo 1º da Lei nº 12.956, de 05 de maio de 2008, Artigo 1º do Provimento 17/2001, Resolução nº 27, de 10 de março de 2008, do Conselho Nacional do Ministério Público e inciso I do Artigo 30 da Lei nº 8.906/1994; incisos III e XXV do Artigo 178, ficando sujeito à incidência do Artigo 187, e inciso III do Artigo 189, todos da Lei Complementar Estadual nº 10.098/94.

2. Designar os servidores **João Luiz Pinto Costa**, matrícula nº 14951061, como Sindicante, e **Ruiter Ubaiara Pozo Martinetto**, matrícula nº 14590700, Assessor Especial I, como Secretário.

DÊ-SE CIÊNCIA.

CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 05 de novembro de 2010.

DELMAR PACHECO DA LUZ,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Registre-se e Publique-se.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral

BOLETIM Nº 527/2010

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

REVOGAR

- a contar de 26 de outubro de 2010, a Portaria nº 1905/2010, que autorizou o afastamento do servidor ANDERSON SILVEIRA DE LIMA, Secretário de Diligências, matrícula nº 14957892, a fim de participar do Curso de Formação na Academia de Polícia – ACADEPOL, etapa final do concurso para o cargo de Delegado de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul (Port. 2878/10).

- a contar de 26 de outubro de 2010, a Portaria nº 0970/2010, que autorizou o afastamento da servidora FLÁVIA DA MOTTA PINTO FACCINI, Assessor – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, matrícula nº 14970643, a fim de participar do Curso de Formação na Academia de Polícia – ACADEPOL, etapa final do concurso para o cargo de Delegado de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul (Port. 2881/10).

- a contar de 26 de outubro de 2010, a Portaria nº 1002/2010, que autorizou o afastamento do servidor RAUL SOUZA VIER, Assessor de Procuradoria de Justiça II, matrícula nº 14969211, a fim de participar do Curso de Formação na Academia de Polícia – ACADEPOL, etapa final do concurso para o cargo de Delegado de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul (Port. 2884/10).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de novembro de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

Diretora-Geral.

APOSTILA

PROCESSO Nº 8801-09.00/06-7

PREGÃO Nº 41/06

A DIRETORA-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, resolve apostilar, com fulcro no § 8º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, o Contrato de Prestação de Serviço – AJDG nº 138/06, firmado com DAMOVO DO BRASIL S/A, que tem como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com o fornecimento de peças (exceto baterias) e programação, para assistência e suporte técnico aos Sistemas Privativos de Comunicação Telefônica da marca Ericsson, modelos MD 110 e BP 250, de propriedade do contratante, para fazer constar que o preço mensal dos serviços prestados, reajustado, a contar de 1º de novembro de 2010, com base na variação do IGP-M/FGV nos últimos 12 (doze) meses, de 8,81%, em atenção ao disposto no item 5.2 da cláusula quinta do ajuste, passa a ser de R\$ 4.136,93 (quatro mil, cento e trinta e seis reais e noventa e três centavos).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 04 de novembro de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

Diretora-Geral.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 08 de novembro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 560

SÚMULA DE TERMO ADITIVO PROCESSO Nº 14205-09.00/07.4

LOCADORA: SAN REMI CONSTRUÇÕES E INC LTDA.;
OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato de locação da sala 304 do imóvel ocupado pelo MP de Viamão, por 2 meses, e reajuste do valor da locação, que passa a R\$ 842,42 mensais; **FUNDAMENTO LEGAL:** cláusulas segunda e terceira do contrato.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de novembro de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PROCESSO Nº 4027-09.00/10-0 TOMADA DE PREÇOS Nº 07/10

CONTRATADA: IZYDROS ENGENHARIA LTDA.; **OBJETO:** execução de serviços de manutenção predial e construção da cobertura do estacionamento do prédio sede das Promotorias de Justiça de São Borja, situado na Rua Aparício Mariense, nº 1.715, com fornecimento de materiais; **VALOR TOTAL:** R\$ 270.845,32; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 1764, Natureza da Despesa 4.4.90.51, Rubricas 5103; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal nº 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 05 de novembro de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

Aviso de abertura de licitação

Convite nº 47/2010 (Processo nº 004632-09.00/10-8) **Tipo** menor preço global. **Objeto:** contratação de prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais, para a obra de manutenção do prédio sede das Promotorias de Justiça de Tapera-RS, situado na Rua Getúlio Vargas, 600, Bairro Progresso, conforme Convite e seus Anexos. **Data e horário de abertura:** 17/11/2010, às 14 horas.

Local: Rua General Andrade Neves, 106, 17º andar, Centro, Porto Alegre (RS). **Edital:** <http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/convite>. **Informações gerais:** e-mail, cplic@mp.rs.gov.br. **Base legal:** Lei nº 8.666/93, e alterações.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 05 de novembro de 2010.

LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL,
Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

Aviso de Abertura de Pregão Eletrônico

Pregão Eletrônico nº 55/10 (Processo nº 004633-09.00/10-0) **Tipo:** Menor Preço Global. **Objeto:** Fornecimento e instalação de aparelhos de ar condicionado tipo split hi-wall para diversas sedes da Procuradoria-Geral de Justiça, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 23/11/2010, às 09h30min. **Data e horário de início da disputa de preços:** 24/11/2010, às 14 horas.

Local: www.pregaobanrisul.com.br. Edital disponível na página: http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/pregao_eletronico.

Informações gerais: e-mail, cplic@mp.rs.gov.br. **Base legal:** Lei estadual nº 13.191/09, Lei nº 10.520/02, LC nº 123/06 e Lei nº 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 05 de novembro de 2010.

LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL,
Pregoeiro.

Aviso de Abertura de Pregão Eletrônico

Pregão Eletrônico nº 56/10 (Processo nº 004708-09.00/10-7) **Tipo:** Menor Preço Global. **Objeto:** contratação de hospedagem, alimentação e infraestrutura para a realização do evento do Ministério Público do Rio Grande do Sul na área do Meio Ambiente – Ações Institucionais para um Futuro Sustentável, nos dias 24, 25 e 26 de novembro de 2010, na região da serra do Rio Grande do Sul, conforme especificações do Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 22/11/2010, às 09 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** 22/11/2010, às 10 horas. **Local:** www.pregaobanrisul.com.br. Edital disponível na página: http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/pregao_eletronico. **Informações gerais:** e-mail, cplic@mp.rs.gov.br. **Base legal:** Lei estadual nº 13.191/09, Lei nº 10.520/02, LC nº 123/06 e Lei nº 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 05 de novembro de 2010.

LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL,
Pregoeiro.

EDITAL Nº 393/2010 Resultado Complementar do Edital nº 359/2010 REMOÇÃO DE ASSISTENTE DE PROMOTORIA DE JUSTIÇA

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que, tendo em vista o que consta do PR.00576.00914/2010-3, se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfr/remocoos>) o resultado complementar da remoção referente ao Edital nº 359/2010.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 08 de novembro de 2010.

DELMAR PACHECO DA LUZ,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 11/2010 - CAOURB

A COORDENADORA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que foram instaurados os seguintes expedientes investigativos:

01) Inquérito Civil nº 20/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo Tubino Vieira, da Promotoria de Justiça de Portão/RS, com a finalidade de apurar possível ocupação irregular próximo ao pavilhão de eventos, no Município de Capela de Santana/RS, tendo como investigada a Prefeitura Municipal de Capela de Santana/RS.

02) Inquérito Civil nº 68/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Simone Spadari, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul/RS, com a finalidade de apurar eventual irregularidade no parcelamento do solo, no Município de Santa Cruz do Sul/RS, tendo como investigados os Srs. João Arnoldo da Siqueira e Otilia da Siqueira.

03) Inquérito Civil nº 69/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Simone Spadari, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul/RS, com a finalidade de apurar eventual irregularidade no parcelamento do solo, em Linha Pare-dão, no Município de Santa Cruz do Sul, tendo como investigado o Sr. Laurindo Rodrigues da Silva.

04) Inquérito Civil nº 70/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Simone Spadari, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul/RS, com a finalidade de apurar eventual irregularidade no parcelamento do solo, no Município de Passo do Sobrado, tendo como investigado Ilse Meinhardt.

05) Inquérito Civil nº 35/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Mariana de Azambuja Pires, da Promotoria de Justiça de Sapiranga/RS, com a finalidade de apurar notícia acerca da obstrução do passeio público na Rua Henrique Hoffmann, no Município de Nova Hartz/RS, tendo como investigada a empresa Mecânica Morandi.

06) Inquérito Civil nº 92/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul/RS, com a finalidade de apurar possível abertura de estrada sem licenciamento ambiental, com parcelamento irregular do solo, tendo como investigados os Srs. Roque Valdecir Waldrigues Martins, Lizeu Euzébio da Silva e Adélir Jorge Nunes dos Santos.

07) Inquérito Civil nº 76/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Maria do Carmo Baierle Guaraná, da Promotoria de Justiça de Tramandaí/RS, com a finalidade de apurar alagamentos no Município de Tramandaí/RS, nas ruas próximas à Beira Mar, Av. Fernando Amaral, Rua Marcílio Dias, Rua Almirante Tamandaré, Rua Humaitá, tendo como investigado o Município de Tramandaí/RS.

08) Inquérito Civil nº 77/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Maria do Carmo Baierle Guaraná, da Promotoria de Justiça de Tramandaí/RS, com a finalidade de apurar alagamentos na Rua Aparício Brandino de Oliveira, nº 1681, antiga Rua 15, Bairro Centro, no Município de Cidreira/RS.

09) Inquérito Civil nº 79/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Márcio Roberto Silva de Carvalho, da Promotoria de Justiça de Portão/RS, com a finalidade de apurar a instalação de postes, na RS 030, KM 1 ao 3, no Município de Tramandaí/RS, sobre a faixa de dutos da Petrobrás, em desconformidade com os padrões estabelecidos, tendo como investigado Oi Brasil Telecom.

10) Peças de Informação nº 02/2010, instauradas pela Promotora de Justiça Ana Paula Mantay, da Promotoria de Justiça de Cerro Largo/RS, com a finalidade de apurar a irregularidade no loteamento localizado no Bairro São José, situado no Município de Cerro Largo/RS, tendo como investigado o Sr. Silvestre Niewinski.

11) Inquérito Civil nº 118/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, da Promotoria de Justiça de Santo Ângelo/RS, com a finalidade de apurar a relevância histórica, cultural e arquitetônica do prédio situado na Rua Antônio Manoel, nº 700, no Município de Santo Ângelo/RS, bem como de sua preservação, tendo como investigadas as Sras. Sandra Suzana Nascimento e Jacira Nascimento.

12) Inquérito Civil nº 91/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Gilson Borguedulff Medeiros, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves/RS, com a finalidade de apurar eventuais irregularidades urbanísticas/ambientais decorrentes da construção de imóvel e/ou escoamento a céu aberto, em área urbana do Município de Bento Gonçalves, na Rua Pedro Pedrotti, próximo ao nº 85, no ano de 2010, tendo como investigados o Município de Bento Gonçalves e o Sr. Vanderlei Favretto.

13) Inquérito Civil nº 61/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim/RS, com a finalidade de apurar a possível ocorrência de construções irregulares, sem observar recuo obrigatório e sobre o passeio público, na Rua Hilário Balvedi, entre as Ruas Lino Simonatto e Euclides Maragno, Bairro Cerâmica, no Município de Erechim, tendo como investigado o Município de Erechim/RS.

14) Inquérito Civil nº 05/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Cristiana Muller Chatkin, da Promotoria de Justiça de Piratini/RS, com a finalidade de apurar irregularidades na reforma/construção de bem tombado pelo Município, sem aprovação do IPHAE, localizado na Av. Gomes Jardim, nº 85 (Benoit Eletrodomésticos Ltda.), no Município de Piratini, tendo como investigados o Sr. Luiz Fernando da Cunha Farias, Sr. Luiz Antônio da Cunha Farias, Prefeitura Municipal de Piratini e Benoit Eletrodomésticos Ltda.

15) Inquérito Civil nº 27/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, da Promotoria de Justiça de Santo Cerro Largo/RS, com a finalidade de apurar a regularidade das atividades – normas de proteção e prevenção contra incêndios - desenvolvidas junto à empresa Laticínios Serro Azul Ltda – Alvorecer, situada na Rua Jacob Reinoldo Hauptenthal, nº 2541, no Município de Cerro Largo/RS.



16) Inquérito Civil nº 24/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Leonardo Giardin de Souza, da Promotoria de Justiça de Encantado/RS, com a finalidade de apurar a prática de sucessivos desmembramentos ilegais na zona urbana do Município de Roca Sales, levados a efeito a partir do imóvel matriculado no Registro de Imóveis sob o número 3.829, tendo como investigados Longhi Empreendimentos Imobiliários LTDA., Auri Longhi, Alice Kumer e Geovanne Gomes Pereira.

17) Inquérito Civil nº 08/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Carla Pereira Rêgo Flôres Soares, da Promotoria de Justiça de Tapes/RS, com a finalidade de acompanhar o processo de municipalização do Trânsito do Município de Tapes, bem como a licitação para adquirir material para a sinalização de trânsito, tendo como investigado o Município de Tapes/RS.

18) Inquérito Civil nº 73/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Carla Pereira Rêgo Flôres Soares, da Promotoria de Justiça de Tapes/RS, com a finalidade de apurar as condições de limpeza, iluminação pública e trafegabilidade da Rua Tancredo Neves, localizada no Loteamento Tejada, no Município de Tapes, tendo como investigado o Município de Tapes/RS.

19) Inquérito Civil nº 80/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Márcio Roberto Silva de Carvalho, da Promotoria de Justiça de Tramandaí/RS, com a finalidade de apurar possível ocupação irregular na faixa de dutos da Petrobrás, em desconformidade com os padrões estabelecidos, tendo como investigado Drink Prive.

20) Inquérito Civil nº 81/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Márcio Roberto Silva de Carvalho, da Promotoria de Justiça de Tramandaí/RS, com a finalidade de apurar o tráfego de veículos pesados sobre a faixa de dutos da Petrobrás, não conformidade com os padrões estabelecidos, tendo como investigado J. L. V. EngenhariaDrink Prive.

21) Inquérito Civil nº 129/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa/RS, com a finalidade de apurar notícia de obstrução de via pública na área verde (Alameda Taquari Mirim), no Município de Xangri-Lá, dificultando o acesso de cadeirantes, bem como a construção de sumidouro neste espaço, tendo como investigado o Município de Xangri-Lá.

22) Inquérito Civil nº 132/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa/RS, com a finalidade de apurar eventual concessão irregular de "habite-se" para o Edifício Tedesco, localizado na Rua Quatro, nº 809, Bairro Zona Nova, no Município de Capão da Canoa/RS, tendo como investigado o Município de Capão da Canoa/RS.

23) Inquérito Civil nº 134/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa/RS, com a finalidade de apurar possível construção irregular de uma casa de madeira em via pública, localizada na Rua Centauro, s/n, na Praia do Arco-Íris, no Município de Capão da Canoa/RS, tendo como investigado o Município de Capão da Canoa/RS.

24) Inquérito Civil nº 139/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa/RS, com a finalidade de apurar o contido na notícia do Sr. Carlos Biedermann, dando conta de eventual invasão de área verde por parte do proprietário da residência de nº 2335, tendo em vista que a mesma área foi transformada em um estacionamento de veículos junto ao bloco residencial localizado em frente à Rua Rio Cabreiro, na Avenida Beira Mar, no Município de Xangri-Lá, restringindo o trânsito dos pedestres que por ali circulam, tendo como investigado o Município de Xangri-Lá.

25) Inquérito Civil nº 134/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul/RS, com a finalidade de apurar possível loteamento irregular ou clandestino promovido pelo investigado no lote 3, quadra T, do loteamento São Vitor Cohab, no Município de Caxias do Sul/RS.

26) Inquérito Civil nº 136/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul/RS, com a finalidade de apurar possível parcelamento irregular do solo urbano, tendo como investigada a Sra. Elaine Ianowitsch Esteves.

27) Peças de Informação nº 65/2010, instauradas pelo Promotor de Justiça Leonardo Chim Lopes, da Promotoria de Justiça de Farroupilha/RS, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na obra de construção do Trevo de Acesso à Linha Sertorina, interior do Município de Farroupilha/RS, tendo como investigado a Prefeitura Municipal de Farroupilha.

28) Inquérito Civil nº 05/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Martini, da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí/RS, com a finalidade de apurar a regularização fundiária do Loteamento Nova Glorinha e suas responsabilidades, tendo como investigado o Município de Glorinha/RS.

29) Inquérito Civil nº 39/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Fábio Roque Sbardellotto, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de PPCI e de Alvará de Localização e Funcionamento para a atividade desenvolvida do estabelecimento denominado "Tresmaense", localizado na Rua Joaquim Nabuco, n.º 322, no Município de Porto Alegre/RS, tendo como investigados o Município de Porto Alegre e o estabelecimento denominado "Tresmaense".

30) Inquérito Civil nº 161/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Fábio Roque Sbardellotto, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventual ausência de PPCI e de Alvará de Localização e Funcionamento de acordo com a atividade desenvolvida do estabelecimento denominado "Underfeelings", localizado na Av. Venâncio Aires, nº 912, no Município de Porto Alegre, tendo como investigados o estabelecimento denominado "Underfeelings" e o Município de Porto Alegre/RS.



31) Inquérito Civil nº 168/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Norberto Cláudio Pâncaro Avena, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de PPCI e alvará de funcionamento do estabelecimento Roms Bar – Casa Noturna, Don L, localizado na Rua João Alfredo, nº 457, Bairro Cidade Baixa, no Município de Porto Alegre, tendo como investigado o proprietário do estabelecimento.

32) Inquérito Civil nº 173/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano de Faria Brasil, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de PPCI no condomínio localizado na Rua Barão de Teffé, nº 99, Bairro Menino Deus, no Município de Porto Alegre, tendo como investigado o condomínio situado na Rua Barão de Teffé, nº 99.

33) Inquérito Civil nº 174/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano de Faria Brasil, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão do risco de desabamento da Rua Soldado Abílio, esquina com a Rua Chácara dos Bombeiros, no Município de Porto Alegre, tendo como investigado o Município de Porto Alegre/RS.

34) Inquérito Civil nº 175/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Fábio Roque Sbardellotto, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventual falta de conservação da Rua Dr. Timóteo, quase esquina com a Av. Cristóvão Colombo, e condições da passagem de pedestres no local, no Município de Porto Alegre, tendo como investigado o Município de Porto Alegre/RS.

35) Inquérito Civil nº 176/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano de Faria Brasil, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventual falta de condições de moradia e risco de desabamento em prédio localizado na esquina das Avenidas Ipiranga com Cel. Lucas de Oliveira, no Município de Porto Alegre, tendo como investigado o Município de Porto Alegre/RS.

36) Inquérito Civil nº 177/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano de Faria Brasil, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de processo de reassentamento das famílias atingidas pela duplicação e/ou ampliação da Av. Tronco, no Município de Porto Alegre, tendo como investigado o Município de Porto Alegre/RS.

37) Inquérito Civil nº 178/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano de Faria Brasil, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em virtude de riscos na travessia de pedestres compreendida no cruzamento da Av. Túlio de Rose com as Ruas Major Pompílio da Fonseca e Veríssimo do Amaral, no Município de Porto Alegre, tendo como investigado o Município de Porto Alegre/RS.

38) Inquérito Civil nº 179/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano de Faria Brasil, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de irregularidades na obra de demolição realizada na Rua Dario Pederneiras, números 342, 354 e 368; e os danos estruturais causados no imóvel vizinho, localizado no número 374, no Município de Porto Alegre, tendo como investigados a Empresa Dávoro Engenharia Ltda e o Município de Porto Alegre/RS.

39) Inquérito Civil nº 180/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano de Faria Brasil, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar a regularidade do empreendimento denominado Sam's Club, localizado na Av. Cavallhada, no Município de Porto Alegre, frente à legislação urbanística, tendo como investigados a Rede Wall Mart de Supermercados e o Município de Porto Alegre/RS.

40) Inquérito Civil nº 181/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano de Faria Brasil, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de possíveis irregularidades na rede de esgotos do Condomínio Covair, localizado na Rua Dr. Timóteo, nº 616, no Município de Porto Alegre, tendo como investigado o Condomínio Covair, localizado na Rua Dr. Timóteo, nº 616.

41) Inquérito Civil nº 182/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano de Faria Brasil, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar a adequação das licenças de instalação e operação como casa noturna da ASFINTER – Associação dos Funcionários do Inter, localizada na Av. Edvaldo Pereira Paiva, s/nº, no Município de Porto Alegre, frente à legislação urbanística, tendo como investigada a ASFINTER – Associação dos Funcionários do Inter.

42) Inquérito Civil nº 183/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Fábio Roque Sbardellotto, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de utilização de área pública como estacionamento por parte da Brigada Militar, localizada na Rua dos Andradas, próximo do Comando-Geral da Brigada Militar, no Município de Porto Alegre, tendo como investigado o Município de Porto Alegre/RS.

43) Inquérito Civil nº 184/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano de Faria Brasil, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar possível infração à ordem urbanística em razão de precariedade nas condições do passeio público e acúmulo de água suja na Av. Benjamin Constant, em frente ao nº 188, no Município de Porto Alegre, tendo como investigado o Município de Porto Alegre/RS.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 08 de novembro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 560

44) Inquérito Civil nº 37/2003, instaurado pela Promotora de Justiça Simone Spadari, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul/RS, com a finalidade de apurar a existência de loteamento irregular no Bairro Renascença, na RST 287, próximo ao trevo de acesso a Sinimbu, no Município de Santa Cruz do Sul, em imóvel matriculado no ofício de Registro de Imóveis desta comarca sob nº 41.394, 71.923, 71.924 e 71.925, tendo como investigados o Sr. Ivo Ferreira Passos, sucessão de Luiz Correa Nopes, Argileu e Angela Cristina Passos e o Município de Santa Cruz do Sul/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 05 de Novembro de 2010.

LISANDRA DEMARI,

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias.

De acordo.

LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM Nº 10/2010 - CAOMA

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis:

ALEGRETE

1) Inquérito Civil nº 054/2010, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de Apurar degradação ambiental pela manutenção de estabelecimento potencialmente poluidor sem licença do órgão ambiental competente.

2) Inquérito Civil nº 055/2010, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de Apurar degradação ambiental pela manutenção de estabelecimento potencialmente poluidor sem licença do órgão ambiental competente.

3) Inquérito Civil nº 056/2010, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de Apurar degradação ambiental pela manutenção de estabelecimento potencialmente poluidor sem licença do órgão ambiental competente.

4) Inquérito Civil nº 057/2010, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de Apurar degradação ambiental pela manutenção de estabelecimento potencialmente poluidor sem licença do órgão ambiental competente.

5) Inquérito Civil nº 058/2010, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de Apurar degradação ambiental pela manutenção de funcionamento de estabelecimento potencialmente poluidor, sem licença do órgão ambiental competente.

6) Inquérito Civil nº 059/2010, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de Apurar degradação ambiental pela manutenção de estabelecimento potencialmente poluidor, sem licença do órgão ambiental competente.

7) Inquérito Civil nº 060/2010, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de Apurar degradação ambiental pela manutenção de estabelecimento potencialmente poluidor, sem licença do órgão ambiental competente.

8) Inquérito Civil nº 061/2010, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de Apurar degradação ambiental pela prática de maus-tratos a animais domésticos.

9) Inquérito Civil nº 062/2010, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de Apurar degradação ambiental pelo descarte de embalagens de agrotóxicos a céu aberto, sem licença do órgão ambiental competente.

10) Inquérito Civil nº 063/2010, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de Apurar degradação ambiental pelo descarte de resíduos sólidos a céu aberto, sem licença do órgão ambiental competente.

11) Inquérito Civil nº 064/2010, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de Apurar degradação ambiental pelo descarte de resíduos sólidos a céu aberto, sem licença do órgão ambiental competente.

12) Inquérito Civil nº 065/2010, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de Apurar degradação ambiental pelo descarte de resíduos sólidos a céu aberto, sem licença do órgão ambiental competente.

13) Inquérito Civil nº 066/2010, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de Apurar degradação ambiental pela utilização de água de poço tubular profundo sem outorga necessária pelo órgão ambiental competente.

14) Inquérito Civil nº 067/2010, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de Apurar degradação ambiental pela extração de terras sem licença do órgão ambiental competente.

15) Inquérito Civil nº 068/2010, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de Apurar degradação ambiental pela manutenção de abatedouro de suínos e depósito de resíduos sólidos a céu aberto sem licença do órgão ambiental competente.

16) Inquérito Civil nº 069/2010, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de Apurar degradação ambiental por poluição sonora.

17) Inquérito Civil nº 070/2010, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de Apurar degradação ambiental pela manutenção de depósito de GLP sem licença do órgão ambiental competente.



18) Inquérito Civil nº 071/2010, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de Apurar degradação ambiental pela queimada em vegetação sem licença do órgão ambiental competente.

19) Inquérito Civil nº 072/2010, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de Apurar degradação ambiental pela queimada de resíduos sólidos a céu aberto sem licença do órgão ambiental competente.

20) Inquérito Civil nº 073/2010, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de Apurar degradação ambiental pela manutenção de estabelecimento potencialmente poluidor, sem licença do órgão ambiental competente.

21) Inquérito Civil nº 074/2010, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de Apurar degradação ambiental pela execução de serviço de terraplanagem, sem licença do órgão ambiental competente.

22) Inquérito Civil nº 075/2010, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de Apurar degradação ambiental pela manutenção de depósito e beneficiamento de peles ovinas, sem licença do órgão ambiental competente.

23) Inquérito Civil nº 076/2010, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de Apurar degradação ambiental pela extração de terra sem licença do órgão ambiental competente.

ARROIO DO MEIO

1) Inquérito Civil nº 025/2010, da Promotoria de Justiça de Arroio do Meio, pelo Promotor de Justiça Paulo Estevam Araújo, com a finalidade de investigar o presente objeto: Obra (bar) na área de preservação permanente do Rio Taquari.

ARROIO GRANDE

1) Inquérito Civil nº 015/2010, da Promotoria de Justiça de Arroio Grande, pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levien, com a finalidade de Apurar dano ambiental decorrente de pulverização de agrotóxicos no 2º Subdistrito/Bretanhas, no município de Arroio Grande/RS.

2) Inquérito Civil nº 016/2010, da Promotoria de Justiça de Arroio Grande, pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levien, com a finalidade de Apurar poluição sonora causada pelo Bar Dom Quixote, no município de Arroio Grande/RS.

AUGUSTO PESTANA

1) Inquérito Civil nº 017/2010, da Promotoria de Justiça de Augusto Pestana, pela Promotora de Justiça Tânia M. Schneider Cavalini, com a finalidade de investigar o presente objeto: Funcionamento de atividade potencialmente poluidora (funilaria) sem licença da autoridade competente, tendo o fato ocorrido na Rua Venâncio Aires, 1547, Centro, no Município de Augusto Pestana.

2) Inquérito Civil nº 00937.00018/2010, da Promotoria de Justiça de Augusto Pestana, pela Promotora de Justiça Tânia M. Schneider Cavalini, com a finalidade de apurar a prática, em tese, de dano ambiental consistente em depósito irregular de lenha cortada em toras, todas de espécies nativas. O fato ocorreu no Assentamento Ceres, interior do Município de Jóia, sendo investigado SÉRGIO ZENATTI.

BAGÉ

1) Inquérito Civil nº 077/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, pela Promotora de Justiça Luciana Cano Casarotto, com a finalidade de apurar a notícia de extração de minério sem licença, permissão ou autorização do órgão ambiental competente.

2) Inquérito Civil nº 079/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, pela Promotora de Justiça Luciana Cano Casarotto, com a finalidade de apurar notícia de manutenção de animais silvestres em cativeiro sem licença, autorização ou permissão do órgão ambiental competente.

3) Inquérito Civil nº 080/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, pela Promotora de Justiça Luciana Cano Casarotto, com a finalidade de apurar a notícia de caça de animais silvestres sem licença, autorização ou permissão do órgão ambiental competente.

4) Inquérito Civil nº 081/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, pela Promotora de Justiça Luciana Cano Casarotto, com a finalidade de apurar a notícia de manutenção de animais silvestres em cativeiro sem licença, autorização ou permissão do órgão ambiental competente.

5) Inquérito Civil nº 083/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, pela Promotora de Justiça Luciana Cano Casarotto, com a finalidade de apurar a notícia de poluição pelo descarte de resíduos sólidos por clientes de estabelecimentos comerciais e vendedores ambulantes na via principal da cidade.

BARRA DO RIBEIRO

1) Inquérito Civil nº 03/2005, da Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro, pelo Promotor de Justiça Daniel Soares Indrusiak, com a finalidade de Averiguar irregularidades na exploração de atividade industrial.

BENTO GONÇALVES

1) Inquérito Civil nº 091/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Gilson Borguedulff Medeiros, com a finalidade de Verificar eventuais irregularidades urbanísticas/ambientais decorrentes da construção de imóvel e/ou escoamento a céu aberto, em área urbana do Município de Bento Gonçalves.

2) Inquérito Civil nº 092/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Gilson Borguedulff Medeiros, com a finalidade de Verificar eventual dano ambiental decorrente da queimada de resíduos sólidos a céu aberto e ausência de licenciamento ambiental para a atividade de fabricação de móveis.

3) Inquérito Civil nº 093/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Gilson Borguedulff Medeiros, com a finalidade de Provocar a cessação de maus tratos a animais domésticos (equinos), bem como a adoção de medidas necessárias para sua proteção.

4) Inquérito Civil nº 094/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Gilson Borguedulff Medeiros, com a finalidade de Verificar eventual dano ambiental decorrente do corte e queimada de vegetação nativa na sede da Associação Bento-Gonçalvese da Cultura Tradicionalista Gaúcha (ABCTG).



5) Inquérito Civil nº 095/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Gilson Borguedulff Medeiros, com a finalidade de Verificar eventual dano ambiental decorrente do corte de vegetação nativa em área localizada às margens da rodovia RSC-470, em desconformidade com as normas ambientais, no Município de Bento Gonçalves, no ano de 2010.

6) Inquérito Civil nº 096/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Gilson Borguedulff Medeiros, com a finalidade de Verificar eventual responsabilidade do Município de Bento Gonçalves em decorrência da ausência de instalação do Centro de Zoonoses para tratamento de animais abandonados, em face dos transtornos causados à população, no ano de 2010.

7) Inquérito Civil nº 097/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Gilson Borguedulff Medeiros, com a finalidade de Verificar eventual dano ambiental decorrente da construção de escadaria localizada no barramento da Barragem São Miguel (manancial de abastecimento de água do Município de Bento Gonçalves), em desconformidade com as normas técnicas e ambientais, no Município de Bento Gonçalves, no ano de 2010.

8) Inquérito Civil nº 098/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de Averiguar poluição sonora produzida pelos moradores da residência situada na Rua Amazonas, 822, Bairro Maria Goretti, neste Município, em face do uso de som automotivo.

CAÇAPAVA DO SUL

1) Inquérito Civil nº 041/2010, da Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul, pela Promotora de Justiça Karinna Licht Orlandi Goulart, com a finalidade de investigar o funcionamento de estabelecimento potencialmente poluidor sem autorização do órgão ambiental competente.

CAMAQUÃ

1) Inquérito Civil nº 019/2010, da Promotoria de Justiça de Camaquã, pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, com a finalidade de apurar existência de obra de instalação de um posto de combustíveis, estando com a Licença de Instalação vencida há quase um ano.

CAMPO BOM

1) Inquérito Civil nº 00734.00019/2010, da Promotoria de Justiça de Campo Bom, pela Promotora de Justiça Ivanda Grapiglia Valiati, com a finalidade de investigar atividade industrial/comercial sem licença de operação fornecida pela FEPAM, atividade esta potencialmente poluidora.

CAPÃO DA CANOA

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 125/2010, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, com a finalidade de construção irregular localizada na Avenida Paraguassú, n.º 348, próximo ao Mercado Roal Master, em Capão da Canoa/RS, ao lado da Agropecuária Galpão.

2) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 126/2010, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, com a finalidade de apurar abandono de obra de esgotos na Vila Marina, em Xangri-Lá, tendo em vista que os canos construídos não foram ligados à estação de tratamento, eliminando dejetos para a rua, ocasionando mau cheiro e atentando contra a saúde pública.

3) Inquérito Civil nº 0127/2010, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, com a finalidade de Averiguar notícia de poluição sonora por parte da Igreja Assembléia de Deus.

4) Inquérito Civil nº 0130/2010, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, com a finalidade de Averiguar notícia de acúmulo de lixo e entulho, bem como a proliferação de cobras e escorpiões, no terreno localizado na Rua Peri, quadra 30-C, lotes 29 e 30 (ao lado do nº 445-B), Bairro Zona Nova, em Capão da Canoa/RS.

5) Inquérito Civil nº 0131/2010, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, com a finalidade de Apurar eventual existência de captação de água subterrânea.

6) Inquérito Civil nº 0133/2010, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, com a finalidade de Averiguar possível extravasamento de água servida e construção irregular.

7) Inquérito Civil nº 0136/2010, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, com a finalidade de Averiguar eventual falta de conservação da Rua Panamá e da Avenida Brasil, no Bairro Zona Norte, em Capão da Canoa, que está causando transtorno aos moradores da região.

8) Inquérito Civil nº 0138/2010, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, com a finalidade de investigar Eventual execução de poda nos eucaliptos da via principal de acesso à Capão Novo.

9) Inquérito Civil nº 0140/2010, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, com a finalidade de Averiguar possível existência de captação de água subterrânea sem outorga do DRH.

10) Inquérito Civil nº 0141/2010, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, com a finalidade de investigar Eventual lançamento de águas servidas em via pública.

11) Inquérito Civil nº 0142/2010, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, com a finalidade de Averiguar eventuais irregularidades na construção de canchas de bocha na área de praia, no Município de Capão da Canoa/RS.

12) Inquérito Civil nº 0143/2010, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, com a finalidade de Averiguar possível existência de captação de água subterrânea sem outorga do DRH, na SACC.



CARAZINHO

1) Inquérito Civil nº 00742.00047/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Carazinho, pelo Promotor de Justiça Felipe Teixeira Neto, com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ambiental decorrente da supressão de vegetação nativa, sem licença do órgão ambiental competente.

2) Inquérito Civil nº 00742.00048/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Carazinho, pelo Promotor de Justiça Felipe Teixeira Neto, com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ambiental consubstanciado no descarte indevido de resíduos oleosos (restos de combustíveis), em desacordo com determinação legal e regulamentar.

3) Inquérito Civil nº 00742.00049/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Carazinho, pelo Promotor de Justiça Felipe Teixeira Neto, com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ambiental em razão da destinação indevida de resíduos sólidos, em desacordo com determinação legal e regulamentar, tudo sem licença do órgão ambiental competente.

4) Inquérito Civil nº 00742.00050/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Carazinho, pelo Promotor de Justiça Felipe Teixeira Neto, com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ambiental consubstanciado em poluição atmosférica (poeira), sonora (ruídos das serras circulares) e por disposição de resíduos sólidos (restos de madeira, mármore e granito) decorrente do funcionamento de atividade potencialmente poluidora (beneficiamento de madeira e marmoraria) sem licença do órgão ambiental competente.

5) Inquérito Civil nº 00742.00051/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Carazinho, pelo Promotor de Justiça Felipe Teixeira Neto, com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ambiental consubstanciado no uso de fogo em vegetação nativa, em desacordo com determinação legal e regulamentar, tudo sem licença do órgão ambiental competente.

CARLOS BARBOSA

1) Inquérito Civil nº 00745.00016/2010, da Promotoria de Justiça de Carlos Barbosa, pelo Promotor de Justiça Daniel Barbosa Fernandes, com a finalidade de investigar "supressão de vegetação nativa em estágios inicial, médio e avançado de regeneração em área de preservação permanente, em uma superfície total de 3.818m², na Linha General Neto, Município de Barão".

CAXIAS DO SUL

1) Inquérito Civil nº 00748.00101/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, com a finalidade de investigar possíveis danos ambientais pelo depósito de lixo nas imediações da estrada vicinal da barragem da maestra, nesta cidade.

2) Inquérito Civil nº 00748.00141/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, com a finalidade de investigar possíveis danos ambientais pela ocorrência de poluição sonora, em Caxias do Sul.

3) Inquérito Civil nº 00748.00163/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, com a finalidade de investigar possíveis danos ao meio ambiente pela ocorrência de poluição sonora, na Rua Bom Jesus, nº 105, Bairro Kaiser, em Caxias do Sul.

4) Inquérito Civil nº 00748.00280/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, com a finalidade de investigar possível prática de atividade potencialmente poluidora sem a devida licença ambiental, configurada pelo depósito de resíduos provenientes de reciclagem.

CERRO LARGO

1) Inquérito Civil nº 026/2010, da Promotoria de Justiça de Cerro Largo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de averiguar a regularidade da instalação de tanque para armazenamento de combustível – óleo diesel -, sem licença da autoridade ambiental competente, na Rua Romano Heinzmann, 1071, Salvador das Missões, RS.

2) Inquérito Civil nº 028/2010, da Promotoria de Justiça de Cerro Largo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de averiguar a regularidade da atividade de suinocultura, com possível lançamento de efluentes, desenvolvida na Linha Dona Otília Norte, Roque Gonzalez, RS.

3) Inquérito Civil nº 032/2010, da Promotoria de Justiça de Cerro Largo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de averiguar dano ambiental produzido pela queimada, tanto na área pertencente a Celi Alves da Silva, como na área de preservação permanente pertencente a empresa ELETROSUL, situada nas proximidades.

4) Inquérito Civil nº 033/2010, da Promotoria de Justiça de Cerro Largo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de averiguar regularidade da atividade de suinocultura desenvolvida na Linha Dona Otília, Roque Gonzalez, RS.

5) Inquérito Civil nº 034/2010, da Promotoria de Justiça de Cerro Largo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de possíveis danos ambientais decorrentes do uso de estrume de bovinos e suínos para adubação, bem como aplicação de herbicidas, em imóvel situado junto à zona urbana do Município de Salvador das Missões, RS, vizinho ao imóvel da reclamante.

6) Inquérito Civil nº 036/2010, da Promotoria de Justiça de Cerro Largo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de regularidade da atividade de suinocultura desenvolvida por Irineu Griep Kiessler na localidade de Esquina Emanuel, Roque Gonzalez, RS, e da coleta e transporte dos efluentes da esterqueira por Laurindo Vorpogel.

7) Inquérito Civil nº 037/2010, da Promotoria de Justiça de Cerro Largo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de averiguar possíveis danos ambientais decorrentes do aterramento de imóvel, com deposição de lixo e resíduos diversos, situado na Rua Major Antônio Cardoso, em Cerro Largo, RS.

CORONEL BICACO

1) Inquérito Civil nº 00941.00010/2010, da Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco, pelo Promotor de Justiça Ronaldo Adriano de Almeida Arbo, com a finalidade de investigar dano ambiental (recebimento e beneficiamento de 1,80m³ de madeira nativa - Camboatá e Açoita-Cavalos - sem autorização do órgão ambiental), na serraria pertencente a Osmar Dal Molin, situada na Rua Francisco Manoel Diniz, 465, Coronel Bicaco, conforme Comunicação de Ocorrência nº 213/047-out/2010, elaborado pelo 2º Grupo de Polícia Ambiental de Três Passos/RS.



CRISSIUMAL

1) Inquérito Civil nº 00753.00025/2010, da Promotoria de Justiça de Crissiumal, pela Promotora de Justiça Anamaria Thomaz, com a finalidade de apurar dano ambiental, consistente no corte raso de árvores nativas das espécies nativas Cambará e Fumo Bravo em uma área de 150 metros quadrados para fins agropastoris, sem licença, nem autorização do órgão competente, em desacordo com determinação legal.

CRUZ ALTA

1) Inquérito Civil nº 00754.00039/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, pelo Promotor de Justiça Ioannis Fedrizzi Petalas, com a finalidade de apurar possível ocorrência de infração ambiental em decorrência do corte de árvores em área de preservação permanente, sem autorização da autoridade competente, na propriedade de Edi Mantovani, na localidade de Linha Macuglia, interior do Município de Pejuçara/RS.

ENCANTADO

1) Inquérito Civil nº 00760.00016/2010, da Promotoria de Justiça de Encantado, pelo Promotor de Justiça Leonardo Giardin de Souza, com a finalidade de apurar possível dano ambiental em decorrência de criação irregular de animais na Linha Fernando Abbott, Município de Roca Sales.

2) Inquérito Civil nº 019/2010, da Promotoria de Justiça de Encantado, pelo Promotor de Justiça Leonardo Giardin de Souza, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades em prédio industrial por inobservância da legislação estadual de preservação de incêndios, figurando, como investigado, FRIGO VALE INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA.

3) Inquérito Civil nº 020/2010, da Promotoria de Justiça de Encantado, pelo Promotor de Justiça Leonardo Giardin de Souza, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental consistente em vazamento de óleo lubrificante e possível contaminação do solo por infiltração.

4) Inquérito Civil nº 021/2010, da Promotoria de Justiça de Encantado, pelo Promotor de Justiça Leonardo Giardin de Souza, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental consistente em depósito de cascalho e saibro em Área de Preservação Permanente – APP(margem de córrego).

5) Inquérito Civil nº 022/2010, da Promotoria de Justiça de Encantado, pelo Promotor de Justiça Leonardo Giardin de Souza, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental consistente em corte de vegetação exótica em Área de Preservação Permanente - APP e danificação de vegetação nativa.

ENCRUZILHADA DO SUL

1) Inquérito Civil nº 00761.00023/2010, da Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul, pela Promotora de Justiça Camila Santos da Cunha, com a finalidade de investigar possível dano ambiental, consistente no corte irregular de árvores na Rua Coronel Peixoto, 27, Encruzilhada do Sul.

ERECHIM

1) Inquérito Civil nº 00762.00082/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar a ocorrência de loteamento clandestino na Vila União, em Erechim.

2) Inquérito Civil nº 00762.00083/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar a possível ocorrência de construção irregular, em via pública, na Rua Comendador Caetano Munaretto, nº 110, bairro Koller, em Erechim.

3) Inquérito Civil nº 00762.00087/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar a possível ocorrência de poluição sonora causada nas proximidades da Rua Clemente Gowacki, nº 64, em Erechim.

4) Inquérito Civil nº 00762.00142/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar o corte raso de árvores nativas (Açoita-cavalo, sete capotes, guajuvira), sem autorização do órgão ambiental competente, atingindo 0,26 hectare, fato constatado no dia 02 de Agosto de 2010, na Linha Volta Fechada, Município de Aratiba (RS).

5) Inquérito Civil nº 00762.00143/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar o depósito de lenha de espécie nativa (açoita-cavalo, camboatá), sem documento de origem florestal, totalizando 07 m³ de lenha nativa, fato constatado no dia 02 de agosto de 2010, na Rua Emílio Fiebig, nº 180, Bairro Linho, município de Erechim (RS).

6) Inquérito Civil nº 00762.00144/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar o exercício de atividade potencialmente poluidora, sem autorização do órgão ambiental competente, fato constatado no dia 13 de agosto de 2010, na Linha Rio Liso, município de Cruzaltense (RS).

7) Inquérito Civil nº 00762.00145/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar supressão mediante destoque de vegetação nativa em formação, atingindo uma área de 0,7 hectare, sem autorização do órgão ambiental competente, fato constatado no dia 28 de julho de 2010, na Linha Santa Cruz, Município de Cruzaltense (RS).

8) Inquérito Civil nº 00762.00146/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar o lançamento irregular de efluentes em curso hídrico, fato constatado no dia 07 de agosto de 2010, na Rua João Massignan, nº 553, em Erechim (RS).

9) Inquérito Civil nº 00762.00147/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar a abertura de duas valas para drenagem em área de banhado sem autorização do órgão ambiental competente, fato constatado no dia 20 de agosto de 2010, na Linha Crioula, interior do Município de Campinas do Sul (RS).



10) Inquérito Civil nº 00762.00148/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar depósito irregular de lixo a céu aberto, fato constatado no dia 09 de agosto de 2010, na Rodovia RS 211, Km 44, em Paulo Bento (RS).

11) Inquérito Civil nº 00762.00149/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar o transporte de carga perigosa sem licença de operação do órgão ambiental competente, fato constatado no dia 11 de agosto de 2010, na RS 135, Km 78, no município de Erechim.

12) Inquérito Civil nº 00762.00151/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar o corte raso de 16 (dezesseis) árvore de espécies nativas, em área de preservação permanente, sem autorização do órgão ambiental competente, fato constatado em 11 de abril de 2009, na Linha Paloma, Município de Barra do Rio Azul (RS).

13) Inquérito Civil nº 00762.00152/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar eventual poluição sonora e atmosférica decorrente do exercício das atividades na Rua Wladislaw Krepski, Município de Erechim (RS).

14) Inquérito Civil nº 00762.00153/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar o lançamento de efluentes líquidos industriais (provenientes da atividade gráfica), atingindo diretamente o solo, em área de preservação permanente, em desacordo com o item II da Licença de Operação nº 00662/2010-DL, fato constatado no dia 30 de agosto de 2010, na Rodovia RS 331, Km 35, Estrada Erechim/Gaurama, Município de Erechim - RS.

15) Inquérito Civil nº 00762.00154/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, com a finalidade de apurar eventual deficiência/inexistência de prestação de serviços de saneamento básico pelo Município de Campinas do Sul.

16) Inquérito Civil nº 00762.00156/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça Mauricio Sanchotene de Aguiar, com a finalidade de apurar a manutenção em cativeiro de 06 (seis) pássaros silvestres (cardeal, tringa ferro, azulão, pintasilgo, canário da terra), sem autorização do órgão ambiental competente, fato constatado no dia 04 de setembro de 2010, na Rua Carlos Gomes, nº 92, Município de Erechim (RS).

17) Inquérito Civil nº 00762.00157/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça Mauricio Sanchotene de Aguiar, com a finalidade de apurar a manutenção em cativeiro de 09 (nove) pássaros silvestres (cravina, colerinha, pintasilgo, canário da terra, cardeal), sem autorização do órgão ambiental competente, fato constatado no dia 17 de agosto de 2010, na Rua São Martinho, nº 209, município de Erechim (RS).

18) Inquérito Civil nº 00762.00159/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça Mauricio Sanchotene de Aguiar, com a finalidade de apurar eventual poluição sonora e atmosférica decorrente do exercício das atividades na Rua Aldo Demarchi, Município de Erechim (RS).

19) Inquérito Civil nº 00762.00162/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça Mauricio Sanchotene de Aguiar, com a finalidade de apurar a ocorrência de maus-tratos a aves, destinadas à prática de rinha, fato constatado no dia 10 de setembro de 2010, na Rua Daniel Durli, nº 547, Bairro Três Vendas, em Erechim (RS).

20) Inquérito Civil nº 00762.00163/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça Mauricio Sanchotene de Aguiar, com a finalidade de apurar a supressão mediante destoque de mata nativa e posterior uso de fogo, sem autorização do órgão ambiental competente, em uma área de 3,17 hectares, fato constatado no dia 15 de setembro de 2010, na Linha Lamedor, Município de Severiano de Almeida (RS).

21) Inquérito Civil nº 00762.00164/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça Mauricio Sanchotene de Aguiar, com a finalidade de apurar a interrupção da regeneração natural em uma área de 3,08 hectare, causando a destruição de espécies de samambaia, vassourão e vegetação rasteira, com posterior utilização de fogo para limpeza da área, fato constatado no dia 08 de setembro de 2010, na Linha Cinco, em Barão de Cotegipe (RS).

22) Inquérito Civil nº 00762.00165/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça Mauricio Sanchotene de Aguiar, com a finalidade de apurar a supressão mediante destoque de mata nativa e posterior uso de fogo, sem autorização do órgão ambiental competente, em uma área de 0,51 hectares, fato constatado no dia 10 de setembro de 2010, na Linha Campo Grande, Município Barra do Rio Azul (RS).

23) Inquérito Civil nº 00762.00166/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça Mauricio Sanchotene de Aguiar, com a finalidade de apurar o corte de árvores nativas (canela, aroeira, entre outras), atingindo uma área de 1,6 hectare, sem autorização do órgão ambiental competente, fato constatado no dia 17 de setembro de 2010, na Linha Serro do Meio Dia, em Severiano de Almeida (RS).

24) Inquérito Civil nº 00762.00167/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça Mauricio Sanchotene de Aguiar, com a finalidade de apurar o corte de árvores nativas (canela, rabo de bugiu e açoita-cavalo), em uma área de 0,13 hectare, sem autorização do órgão ambiental competente, seguido de queima do local, fato constatado no dia 10 de setembro de 2010, no Distrito da Coxilha Seca, em Três Arroios (RS).

25) Inquérito Civil nº 00762.00168/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça Mauricio Sanchotene de Aguiar, com a finalidade de apurar o corte de eucaliptos em uma área de 0,61 hectare, seguido de queima da vegetação restante no local, sem autorização do órgão ambiental, fato constatado no dia 17 de setembro de 2010, na Linha Um, Seção Dourado, em Erechim (RS).

26) Inquérito Civil nº 00762.00169/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça Mauricio Sanchotene de Aguiar, com a finalidade de apurar a manutenção em cativeiro de 04 (quatro) aves silvestres (sabiá peito roxo, sabiá coleira e sabiá peito branco) sem autorização do órgão ambiental competente, fato constatado no dia 13 de agosto de 2010, na Rua Otto Bierende, nº 72, bairro Esperança, município de Erechim (RS).



27) Inquérito Civil nº 00762.00170/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça Maurício Sanchotene de Aguiar, com a finalidade de apurar a manutenção em cativeiro de 07 (sete) aves silvestres (trinca-ferro, cravina e azulão) sem autorização do órgão ambiental competente, fato constatado no dia 21 de setembro de 2010, na Rua Neri Reichmann, nº 460, bairro Aldo Arioli, município de Erechim (RS).

28) Inquérito Civil nº 00762.00171/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça Maurício Sanchotene de Aguiar, com a finalidade de apurar o corte de 19 (dezenove) pinheiros brasileiros sem licença do órgão ambiental competente, fato constatado no dia 15 de setembro de 2010, na Linha Serro do Meio Dia, em Severiano de Almeida (RS).

ESTRELA

1) Inquérito Civil nº 00770.00103/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Estrela, pela Promotora de Justiça Mônica Maranghelli de Avila, com a finalidade de investigar degradação ambiental por lançamento de efluentes industriais na rede pluvial (mais de 100 litros de cliserina líquida estimada).

2) Inquérito Civil nº 00770.00104/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Estrela, pela Promotora de Justiça Mônica Maranghelli de Avila, com a finalidade de averiguar o exercício da atividade de medeira de forma ilegal, utilizando madeira nativa como garapeira, entre outras exóticas como uva japonesa.

3) Inquérito Civil nº 00770.00105/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Estrela, pela Promotora de Justiça Mônica Maranghelli de Avila, com a finalidade de investigar o corte de lenha nativa na propriedade do investigado que seria utilizada para a secagem de tijolos, bem como a retirada da argila para uso na fabricação dos tijolos sem licenciamento ambiental.

4) Inquérito Civil nº 00770.00106/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Estrela, pela Promotora de Justiça Mônica Maranghelli de Avila, com a finalidade de averiguar a aplicação de resíduo industrial classe II em solo agrícola pelo investigado, na propriedade de Silvio Eidelwein, com licença de operação expirada em 08 de novembro de 2009.

5) Inquérito Civil nº 00770.00107/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Estrela, pela Promotora de Justiça Mônica Maranghelli de Avila, com a finalidade de investigar dano ambiental consistente em corte de vegetação nativa, queimada de restos da cultura do eucalipto, bem como, mobilização de solo sem licenciamento ambiental, agravadas pelo fato destas atividades terem ocorrido parcialmente em área de preservação permanente.

FARROUPILHA

1) Inquérito Civil nº 00771.00056/2010, da Promotoria de Justiça de Farroupilha, pelo Promotor de Justiça Leonardo Chim Lopes, com a finalidade de investigar abate clandestino de aves silvestres.

2) Inquérito Civil nº 00771.00057/2010, da Promotoria de Justiça de Farroupilha, pelo Promotor de Justiça Leonardo Chim Lopes, com a finalidade de investigar descarte irregular de dejetos oriundos da atividade de avicultura de postura.

3) Inquérito Civil nº 00771.00058/2010, da Promotoria de Justiça de Farroupilha, pelo Promotor de Justiça Leonardo Chim Lopes, com a finalidade de investigar área degradada por retirada irregular de solo e árvores.

4) Inquérito Civil nº 00771.00059/2010, da Promotoria de Justiça de Farroupilha, pelo Promotor de Justiça Leonardo Chim Lopes, com a finalidade de investigar manutenção em cativeiro de espécie da fauna silvestre sem autorização do órgão ambiental competente.

5) Inquérito Civil nº 00771.00062/2010, da Promotoria de Justiça de Farroupilha, pelo Promotor de Justiça Leonardo Chim Lopes, com a finalidade de investigar corte de árvores em parque municipal.

6) Inquérito Civil nº 00771.00063/2010, da Promotoria de Justiça de Farroupilha, pelo Promotor de Justiça Leonardo Chim Lopes, com a finalidade de investigar abate de animais silvestres.

GAURAMA

1) Inquérito Civil nº 00777.00035/2010, da Promotoria de Justiça de Gaurama, pelo Promotor de Justiça Vitassir Edgar Ferrareze, com a finalidade de investigar corte de 03 (três) árvores nativas das espécies timbó e aroeira, sem licença do órgão ambiental competente.

GENERAL CÂMARA

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 10/2010, da Promotoria de Justiça de General Câmara, pela Promotora de Justiça Rosângela Mazzucco, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente em cultivo de arroz (orizicultura), sem licença do FEPAM e outorga do DRH para uso dos recursos hídricos, na Fazenda Mirabela, Localidade de Volta do Barreto, General Câmara, RS.

GETÚLIO VARGAS

1) Inquérito Civil nº 00780.00019/2010, da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas, pela Promotora de Justiça Stela Bordin, com a finalidade de apurar de eventual dano ambiental consistente em poluição atmosférica, potencialmente causada pelo confinamento irregular de gado em local impróprio.

GRAMADO

1) Inquérito Civil nº 00782.00003/2010, da Promotoria de Justiça de Gramado, pelo Promotor de Justiça Antonio Metzger Képes, com a finalidade de investigar maus tratos a animais.

2) Inquérito Civil nº 00782.00004/2010, da Promotoria de Justiça de Gramado, pelo Promotor de Justiça Antonio Metzger Képes, com a finalidade de investigar manutenção de Pássaros Nativos em Cativeiro.

3) Inquérito Civil nº 00782.00005/2010, da Promotoria de Justiça de Gramado, pelo Promotor de Justiça Antonio Metzger Képes, com a finalidade de investigar manutenção de Pássaros Nativos em Cativeiro.

GUAÍBA

1) Inquérito Civil nº 00970.00006/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Guaíba, pelo Promotor de Justiça Valter Priebe, com a finalidade de apurar possível poluição sonora gerada por propagandas diversas veiculadas em carros de som no Centro do Município de Guaíba/RS.



IJUÍ

1) Adução à Portaria de instauração do Inquérito Civil nº 00794.00016/2008, da Promotoria de Justiça de Defesa Comunitária de Ijuí, pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hannusch, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de aterramento de área de preservação permanente, ao longo de curso d'água.

JAGUARÃO

1) Inquérito Civil nº 00798.00021/2010, da Promotoria de Justiça de Jaguarão, pelo Promotor de Justiça Rogério Meirelles Caldas, com a finalidade de investigar possível extração de saibro na estrada da Charqueada próximo ao aterro sanitário com ausência das licenças obrigatórias.

LAGOA VERMELHA

1) Inquérito Civil nº 00801.00052/2010, da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, pela Promotora de Justiça Carolina Barth Loureiro, com a finalidade de apurar corte de floresta nativa, atingindo uma área de 0,17 hectares, na propriedade do investigado, localizada na Capela Nossa Senhora da Saúde, interior do município de Ibiraiaras, sem autorização do órgão ambiental competente.

MARAU

1) Inquérito Civil nº 009/2010, da Promotoria de Justiça de Marau, pelo Promotor de Justiça Diego Pessi, com a finalidade de esclarecer o descumprimento do Município de Marau do dever de disponibilizar atendimento médico-veterinário a animais abandonados, bem como implementar o controle de zoonoses.

NOVA PRATA

1) Inquérito Civil nº 00813.00033/2010, da Promotoria de Justiça de Nova Prata, pelo Promotor de Justiça Henrique Rech Neto, com a finalidade de investigar a edificação e abertura de estrada em área de APP.

2) Inquérito Civil nº 00813.00035/2010, da Promotoria de Justiça de Nova Prata, pelo Promotor de Justiça Henrique Rech Neto, com a finalidade de investigar poluição atmosférica e operação sem licenciamento ambiental.

NOVO HAMBURGO

1) Inquérito Civil nº 00814.00114/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Manoel Luiz Prates Guimarães, com a finalidade de investigar maus tratos a animais das espécies equina e canina.

2) Inquérito Civil nº 00814.00115/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Manoel Luiz Prates Guimarães, com a finalidade de investigar posse ilegal de aves silvestres.

3) Inquérito Civil nº 00814.00124/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Manoel Luiz Prates Guimarães, com a finalidade de investigar possível aterramento irregular na RS 239, ao lado do nº 301, Bairro Roselândia, Novo Hamburgo.

4) Inquérito Civil nº 00814.00126/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Manoel Luiz Prates Guimarães, com a finalidade de investigar possível corte irregular de árvore e possível dano a propriedade.

5) Inquérito Civil nº 00814.00127/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Manoel Luiz Prates Guimarães, com a finalidade de investigar possível poda irregular de árvores.

OSÓRIO

1) Inquérito Civil nº 01212.00025/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Osório, pela Promotora de Justiça Cristiane Della Múa Corrales, com a finalidade de investigar dano ambiental decorrente do beneficiamento e comércio de palmito, sem o devido licenciamento ambiental, na Localidade Linha São Paulo, Costa do Céu, em Maquiné.

2) Inquérito Civil nº 01212.00026/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Osório, pela Promotora de Justiça Cristiane Della Múa Corrales, com a finalidade de investigar supressão de vegetação e construção de uma estrada às margens da Lagoa da Pinguela, sem o devido licenciamento ambiental, na Localidade Palmital, em Osório.

PALMEIRA DAS MISSÕES

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 50/10, da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões, pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo, com a finalidade de apurar corte seletivo de 07 exemplares nativos das espécies Guajuvira, Açaita-cavalo e Canela, e uso de fogo, sem licença do órgão ambiental competente, na propriedade situada na Linha Esquina Bonita, Município de Sagrada Família.

2) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 51/10, da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões, pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo, com a finalidade de apurar corte seletivo de 25 exemplares nativos da espécie Timbó de médio e grande porte, e uso de fogo, sem licença do órgão ambiental competente, na propriedade situada na Linha Esquina Bonita, Município de Sagrada Família.

3) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 51/10, da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões, pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo, com a finalidade de apurar construção de um reservatório artificial de água para o exercício da atividade de piscicultura sem licença do órgão ambiental competente, em propriedade situada na Av. 20 de Março, nº 698, no Município de São José das Missões.

PANAMBI

1) Inquérito Civil nº 00819.00027/2010, da Promotoria de Justiça de Panambi, pelo Promotor de Justiça Marcos Eduardo Rauber, com a finalidade de apurar ocorrência de dano ambiental em decorrência de limpeza/ abertura de valas no solo, com supressão de vegetação nativa para fins agrícolas, em área de preservação permanente, sem autorização do órgão ambiental competente, na propriedade rural de Edio Foletto, na localidade de Fazenda Lisboa, próximo à escola Caramuru, interior do Município de Condor.

2) Inquérito Civil nº 00819.00028/2010, da Promotoria de Justiça de Panambi, pelo Promotor de Justiça Marcos Eduardo Rauber, com a finalidade de apurar ocorrência de dano ambiental em decorrência de limpeza/abertura de valas no solo, com supressão de vegetação nativa para fins agrícolas, em área de preservação permanente, sem autorização do órgão ambiental competente, na propriedade rural de Silvério Loose.



3) Inquérito Civil nº 00819.00029/2010, da Promotoria de Justiça de Panambi, pelo Promotor de Justiça Marcos Eduardo Rauber, com a finalidade de apurar possíveis danos ou riscos ambientais decorrentes do exercício de atividade industrial em Área de Preservação Permanente (dentro da faixa de 30 metros da margem do Rio Fiúza). Pela empresa Funimetal.

4) Inquérito Civil nº 00819.00031/2010, da Promotoria de Justiça de Panambi, pelo Promotor de Justiça Marcos Eduardo Rauber, com a finalidade de apurar provocação de danos ambientais decorrentes de extração irregular de cascalho em APP, sem licença dos órgãos ambientais competentes.

PELOTAS

1) Inquérito Civil nº 00824.00027/2009, da Promotoria de Justiça de Pelotas, pelo Promotor de Justiça Jaime Nudilemon Chakin, com a finalidade de apurar poluição sonora causada por Luna Inti, em Pelotas.

PIRATINI

1) Inquérito Civil nº 00828.00005/2010, da Promotoria de Justiça de Piratini, pela Promotora de Justiça Cristiana Müller Chatkin, com a finalidade de investigar irregularidades na reforma/construção de bem tombado pelo Município, sem aprovação do IPHAE, localizado na Av. Gomes Jardim, nº 85 (Benoit Eletrodomésticos Ltda.), nesta cidade.

PLANALTO

1) Inquérito Civil nº 00942.00004/2010, da Promotoria de Justiça de Planalto, pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araujo, com a finalidade de apurar lançamento de esgoto humano em sanga localizada na Rua Cabo Rocha, Planalto, RS.

PORTÃO

1) Inquérito Civil nº 00943.00013/2010, da Promotoria de Justiça de Portão, pelo Promotor de Justiça Marcelo Tubino Vieira, com a finalidade de apurar desvio de recurso hídrico sem licença dos órgãos ambientais competentes, efetuado na Estrada João Antonio, localidade de Paquete, pela Prefeitura de Capela de Santana/RS, em 08/03/10.

2) Inquérito Civil nº 00943.00014/2010, da Promotoria de Justiça de Portão, pelo Promotor de Justiça Marcelo Tubino Vieira, com a finalidade de apurar alteração de curso d'água e poluição hídrica, praticados pela empresa Transantana, em Capela de Santana/RS, em maio de 2010.

3) Inquérito Civil nº 00943.00017/2010, da Promotoria de Justiça de Portão, pelo Promotor de Justiça Marcelo Tubino Vieira, com a finalidade de apurar abatedouro e comércio irregular de carne bovina localizado na Rua Vereador Antônio Rodrigues da Rosa, nº3094, em Portão, em 07/05/10.

4) Inquérito Civil nº 00943.00021/2010, da Promotoria de Justiça de Portão, pelo Promotor de Justiça Marcelo Tubino Vieira, com a finalidade de apurar uso de fornos de carvão vegetal sem a devida licença ambiental, por Cilon Rodrigues da Silva, em 19/05/10, na Rua Luis Laci, nº402, em Capela de Santana/RS.

5) Inquérito Civil nº 00943.00024/2010, da Promotoria de Justiça de Portão, pelo Promotor de Justiça Marcelo Tubino Vieira, com a finalidade de apurar corte irregular de uma figueira, espécie protegida pela legislação, efetuado em 26/08/10, na RS240, nº6141, em Portão/RS.

6) Inquérito Civil nº 00943.00025/2010, da Promotoria de Justiça de Portão, pelo Promotor de Justiça Marcelo Tubino Vieira, com a finalidade de apurar poluição ambiental causada pelo Posto de Lavagem localizado na Rua Castro Alves, em frente ao nº 156, na entrada da Vila Rica, em Portão/RS.

7) Inquérito Civil nº 00943.00027/2010, da Promotoria de Justiça de Portão, pelo Promotor de Justiça Marcelo Tubino Vieira, com a finalidade de apurar poluição ambiental praticada pela empresa Leopolymer Compostos Termoplásticos Ltda. em 10/05/2010.

QUARAÍ

1) Inquérito Civil nº 00850.00026/2010, da Promotoria de Justiça de Quaraí, pelo Promotor de Justiça Alessandro Salazar Rossatto, com a finalidade de investigar focos de incêndio em região agropastoril detectado pelo processamento de imagens dos satélites polares e geoestacionários sob o sistema INPE, apontando para a Agropecuária Correa Osório, localizada no Pai Passo, Coxilha de São Rafael, interior do Município de Quaraí.

RIO GRANDE

1) Inquérito Civil nº 00852.00166/2010, da Promotoria de Justiça de Rio Grande, pelo Promotor de Justiça José Alexandre Zachia Alan, com a finalidade de averiguar possível armazenamento de produtos tóxicos no Porto Novo.

RONDA ALTA

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 31/2010, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, com a finalidade de noticiar a destruição de vegetação nativa, sem autorização do órgão ambiental competente, em uma área de 0,34 hectare, na propriedade de Marcos Tochetto, situada na Linha Pinheirinhos, em Ronda Alta.

SANTA CRUZ DO SUL

1) Inquérito Civil nº 00861.000028/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul, pela Promotora de Justiça Simone Spadari, com a finalidade de apurar a notícia de ausência de condições sanitárias e de salubridade no Abrigo São Francisco de Assis, situado na Travessa Strober, Linha João Alves, Santa Cruz do Sul, para acolher os animais que recebe.

2) Inquérito Civil nº 00861.00074/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul, pela Promotora de Justiça Simone Spadari, com a finalidade de assegurar condições de composição de dano ambiental em face de edificação levada a efeito nas margens do Rio Pardo, na localidade de Linha Verão, interior de Sinimbu, há menos de dez metros de sua margem, de propriedade de Flávio José Nicolay.

SANTA MARIA

1) Inquérito Civil nº 00864.00147/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, com a finalidade de investigar perturbação do sossego ocasionado pela Confraria Bar e Petiscaria, localizado na Av. Medianeira, nº 133.

2) Inquérito Civil nº 00864.00148/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, com a finalidade de investigar poluição sonora causada pelo Bar Camellus.



3) Inquérito Civil nº 00864.00160/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, com a finalidade de investigar estabelecimento de lavagem de automóveis, gerando água empossada e umidade nos terrenos vizinhos por falta de escoamento da água utilizada nas atividades.

SANTO ÂNGELO

1) Inquérito Civil nº 00872.00118/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de verificar a relevância histórica, cultural e arquitetônica do prédio situado na Rua Antônio Manoel, nº 700, em Santo Ângelo - RS, bem como de sua preservação.

2) Inquérito Civil nº 00872.00151/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ambiental oriundo da construção de barragem, sem licença do órgão ambiental competente, ocorrido na Localidade de Distrito Coimbra, no Município de São Miguel das Missões, RS.

SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

1) Inquérito Civil nº 00875.00036/2010, da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha, pelo Promotor de Justiça Reginaldo Freitas da Silva, com a finalidade de apurar notícia da construção de açudes sem licença ambiental, de responsabilidade de João Pedro Cortes Machado, na localidade de Morro Grande, em Santo Antônio da Patrulha.

SANTO CRISTO

1) Inquérito Civil nº 00877.00008/2010, da Promotoria de Justiça de Santo Cristo, pelo Promotor de Justiça Leandro Capaverde Pereira, com a finalidade de investigar a acusação de que o acusado teria destruído uma floresta de origem nativa, em uma área de 699 m² (seiscentos e noventa e nove metros quadrados) sendo 195 m² (cento e noventa e cinco metros quadrados) em área de preservação permanente, sem licença do órgão ambiental competente. O dano teria ocorrido na sua propriedade, na localidade de Três Lajeados, interior do Município de Santo Cristo.

2) Inquérito Civil nº 00877.00009/2010, da Promotoria de Justiça de Santo Cristo, pelo Promotor de Justiça Leandro Capaverde Pereira, com a finalidade de investigar que o investigado efetuou o descapoeiramento em uma área de 1.600 m² (mil e seiscentos metros quadrados) de vegetação nativa em estágio inicial de regeneração, com o corte de exemplares das espécies guajuvira, canela de veado e outras, também fez uso do fogo nas galhadas. O dano ocorreu em propriedade no interior do município de alecrim.

SÃO FRANCISCO DE ASSIS

1) Inquérito Civil nº 00881.00034/2010, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis, pelo Promotor de Justiça Luiz Antonio Barbará Dias, com a finalidade de investigar prática de destruição de floresta considerada de preservação permanente (floresta em morro), na localidade conhecida por Cinamomo, tendo como investigado o Senhor José Fernandes Machado de Prá, segundo Auto de Infração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

2) Inquérito Civil nº 00881.00035/2010, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis, pelo Promotor de Justiça Luiz Antonio Barbará Dias, com a finalidade de investigar prática de uso de motosserra sem licença da autoridade ambiental competente, verificada através do auto de Infração número 686104, lavrado por agente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, datado de 08/06/2010.

SÃO JERÔNIMO

1) Inquérito Civil nº 00887.00026/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo, pelo Promotor de Justiça Karen de Vasconcellos Daubermann, com a finalidade de investigar o transporte de produtos de origem animal sem condições de refrigeração adequada e sem a inspeção sanitária, tendo como investigado a empresa Celso Lima Tassoni, situada na Estrada Fazenda Santa Rosa, s/n, Município de Arroio dos Ratos.

2) Inquérito Civil nº 00887.00027/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo, pelo Promotor de Justiça Karen de Vasconcellos Daubermann, com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ambiental, decorrente de poluição sonora, tendo como investigados a Sociedade Recreativa Carnavalesca Tesouras e o Município de Arroio dos Ratos.

SÃO JOSÉ DO OURO

1) Inquérito Civil nº 00889.00023/2010, da Promotoria de Justiça de São José do Ouro, pelo Promotor de Justiça Leandro Tatsch Bonatto, com a finalidade de investigar utilização irregular de área de preservação permanente, numa extensão aproximada de 300 metros às margens da barragem localizada no Município de Machadinho (Rio Uruguai), com realização de pastagem e criação de bovinos (aproximadamente 25 cabeças).

2) Inquérito Civil nº 00889.00024/2010, da Promotoria de Justiça de São José do Ouro, pelo Promotor de Justiça Leandro Tatsch Bonatto, com a finalidade de investigar utilização irregular de área de preservação permanente, numa extensão aproximada de 900 metros, às margens da usina hidrelétrica de machadinho (Rio Uruguai), com realização de pastagem e criação de bovinos (aproximadamente 60 cabeças).

3) Inquérito Civil nº 00889.00025/2010, da Promotoria de Justiça de São José do Ouro, pelo Promotor de Justiça Leandro Tatsch Bonatto, com a finalidade de investigar utilização irregular de área de preservação permanente, numa extensão aproximada de 1.500 metros às margens da barragem (UHMA) localizada no Município de Machadinho (Rio Uruguai), com realização de pastagem e criação de bovinos (aproximadamente 60 cabeças), sem autorização da autoridade administrativa competente.

4) Inquérito Civil nº 00889.00026/2010, da Promotoria de Justiça de São José do Ouro, pelo Promotor de Justiça Leandro Tatsch Bonatto, com a finalidade de investigar utilização irregular de área de preservação permanente, às margens da barragem (UHMA) localizada no Município de Machadinho (Rio Uruguai), com realização de pastagem e criação de bovinos, sem autorização da autoridade administrativa competente.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 08 de novembro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 560

5) Inquérito Civil nº 00889.00027/2010, da Promotoria de Justiça de São José do Ouro, pelo Promotor de Justiça Leandro Tatsch Bonatto, com a finalidade de investigar poluição ambiental decorrente de despejo de óleo diesel queimado (aproximadamente 1/3 de galão grande) na corrente hídrica denominada Arroio Cachoeirinha.

6) Inquérito Civil nº 00889.00028/2010, da Promotoria de Justiça de São José do Ouro, pelo Promotor de Justiça Leandro Tatsch Bonatto, com a finalidade de investigar dano ambiental consistente no corte raso de espécies florestais nativas, em duas áreas (0,2 hectares e 0,9 hectares) e corte seletivo de outras 39 espécies florestais diversas, sem autorização da autoridade administrativa competente, em terras de sua propriedade.

7) Inquérito Civil nº 00889.00029/2010, da Promotoria de Justiça de São José do Ouro, pelo Promotor de Justiça Leandro Tatsch Bonatto, com a finalidade de investigar dano ambiental decorrente de supressão de quatro (04) árvores de espécies florestais nativas em área de preservação permanente (olho d'água), e drenagem de "banhado" com abertura de vala de aproximadamente 155 metros de extensão.

8) Inquérito Civil nº 00889.00030/2010, da Promotoria de Justiça de São José do Ouro, pelo Promotor de Justiça Leandro Tatsch Bonatto, com a finalidade de investigar utilização irregular de área de preservação permanente, numa extensão aproximada de 170 metros, às margens da barragem localizada no Município de Machadinho (Rio Uruguai), com realização de pastagem e criação de bovinos (aproximadamente 20 cabeças).

SÃO LEOPOLDO

1) Inquérito Civil nº 00890.00058/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de investigar despejo de esgoto 'in natura' para o Arroio da Manteiga nas proximidades das Ruas Câncer, Travessa Câncer e Travessa Escorpião, Loteamento Santa Ana, Bairro Arroio da Manteiga, nesta cidade.

2) Inquérito Civil nº 00890.00059/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de investigar dano ambiental, bem como irregularidades decorrentes da construção de prédio na Rua Mário Sperb, próximo à sede das piscinas do Sindicato dos Metalúrgicos.

3) Inquérito Civil nº 00890.00061/2010, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de investigar poluição sonora causada pelo estabelecimento comercial 'Embaixada do Rock'.

SAPIRANGA

1) Inquérito Civil nº 00901.00034/2010, da Promotoria de Justiça de Sapiranga, pela Promotora de Justiça Mariana de Azambuja Pires, com a finalidade de apurar ocorrência de dano ambiental causado por envenenamento de plantas nativas na divisa das propriedades localizadas na Rua Kraemer-Eck, s/nº, em Sapiranga/RS.

2) Inquérito Civil nº 00901.00036/2010, da Promotoria de Justiça de Sapiranga, pela Promotora de Justiça Mariana de Azambuja Pires, com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ambiental decorrente de emissões atmosféricas por empresa (oficina de pintura) localizada na esquina das Ruas Júlio Konrath e Santana, em Araricá/RS.

3) Inquérito Civil nº 00901.00037/2010, da Promotoria de Justiça de Sapiranga, pela Promotora de Justiça Mariana de Azambuja Pires, com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ambiental em decorrência do exercício da atividade de lavagem de veículos sem o devido licenciamento ambiental, tendo como investigada a empresa "POSTO DE LAVAGEM", estabelecida na Rua Vinte de Setembro, 687, Campo Vicente, em Nova Hartz/RS.

4) Inquérito Civil nº 00901.00038/2010, da Promotoria de Justiça de Sapiranga, pela Promotora de Justiça Mariana de Azambuja Pires, com a finalidade de apurar a existência de PPCI, bem como de depósito irregular de resíduos sólidos industriais (couro), na empresa denominada T.C.COMÉRCIO DE SUCATAS LTDA., estabelecida na Rua Alberto Bins n. 48, bairro Santa Fé, em Sapiranga/RS.

SARANDI

1) Inquérito Civil nº 08/10, da Promotoria de Justiça de Sarandi, pelo Promotor de Justiça Juliano Griza, com a finalidade de apurar a prática, em tese, de danos ambientais por Ronaldo de Moura Flores, tendo em vista constar, do Termo Circunstanciado Ambiental nº 2.1.078.04.2010, o desempenho de atividade potencialmente poluidora (lavagem e polimento de veículos) sem licenciamento ambiental, no estabelecimento situado na Rua Ângelo Rech, nº 870, em Sarandi.

SEBERI

1) Inquérito Civil nº 00905.00015/2010, da Promotoria de Justiça de Seberi, pelo Promotor de Justiça Rogério Fava Santos, com a finalidade de apurar, infração ambiental, tendo por investigado Edeimar Nunes Coelho, conforme Termo Circunstanciado Ambiental nº 2.2.021202.73/10-09, do Comando Ambiental da Brigada Militar de Frederico Westphalen, noticiando o corte raso de vegetação secundária de médio porte sem licença ambiental, na Linha São Sebastião, em Seberi/RS.

TAPEJARA

1) Inquérito Civil nº 00908.00011/2010, da Promotoria de Justiça de Tapejara, pelo Promotor de Justiça Márcio Schenato, com a finalidade de investigar possível crime ambiental, consistente no corte irregular de pinheiros (araucárias) sem autorização do Órgão Ambiental competente.

2) Inquérito Civil nº 00908.00012/2010, da Promotoria de Justiça de Tapejara, pelo Promotor de Justiça Márcio Schenato, com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ambiental consistente na destruição de floresta nativa em estágio médio de regeneração do bioma mata atlântica.

TAPES

1) Inquérito Civil nº 00910.00019/2010, da Promotoria de Justiça de Tapes, pela Promotora de Justiça Carla Pereira Rêgo Flôres Soares, com a finalidade de apurar danos ambientais praticados, em tese, pelo investigado, por manter em cativeiro pássaros, sem a devida licença do órgão ambiental competente.



2) Inquérito Civil nº 00910.00023/2010, da Promotoria de Justiça de Tapes, pela Promotora de Justiça Carla Pereira Rêgo Flôres Soares, com a finalidade de investigar dano ambiental praticado pelo barulho causado pelos aparelhos de Ar condicionados existentes na Agência do Banco, causando poluição sonora aos moradores vizinhos, bem como gerando calor excessivo às residências lindeiras.

3) Inquérito Civil nº 00910.00025/2010, da Promotoria de Justiça de Tapes, pela Promotora de Justiça Carla Pereira Rêgo Flôres Soares, com a finalidade de apurar a poluição sonora gerada, em tese, pelos eventos realizados no salão da Associação Comunitária São Miguel.

4) Inquérito Civil nº 00910.00034/2010, da Promotoria de Justiça de Tapes, pela Promotora de Justiça Carla Pereira Rêgo Flôres Soares, com a finalidade de investigar eventual dano ambiental provocado pela empresa Comercial de Cereais Santa Tereza Ltda., com geração de partículas de poeira gerada pelo beneficiamento de arroz.

5) Inquérito Civil nº 00910.00039/2010, da Promotoria de Justiça de Tapes, pela Promotora de Justiça Carla Pereira Rêgo Flôres Soares, com a finalidade de investigar poluição sonora gerada, em tese, pelo estabelecimento comercial Serraria, bem como se a mesma possui licença ambiental dos órgãos competentes e se possui alvará municipal para funcionamento.

6) Inquérito Civil nº 00910.00059/2010, da Promotoria de Justiça de Tapes, pela Promotora de Justiça Carla Pereira Rêgo Flôres Soares, com a finalidade de investigar providências tomadas pela municipalidade no sentido de coibir o abandono de cavalos, ainda que provisoriamente, nas ruas e calçadas da cidade, em especial na Avenida Borges de Medeiros e Melvin Jones, ruas de grande movimento e trânsito rápido.

7) Inquérito Civil nº 00910.00066/2010, da Promotoria de Justiça de Tapes, pela Promotora de Justiça Carla Pereira Rêgo Flôres Soares, com a finalidade de investigar a existência de barramentos de cursos d'água no Município de Sentinela do Sul, sem a competente licença ambiental.

8) Inquérito Civil nº 00910.00068/2010, da Promotoria de Justiça de Tapes, pela Promotora de Justiça Carla Pereira Rêgo Flôres Soares, com a finalidade de investigar possíveis danos ambientais praticados pela investigada, consistente na manutenção de estabelecimento comercial potencialmente poluidor, qual seja, comércio de gás, sem a licença ambiental competente.

9) Inquérito Civil nº 00910.00069/2010, da Promotoria de Justiça de Tapes, pela Promotora de Justiça Carla Pereira Rêgo Flôres Soares, com a finalidade de investigar a construção irregular de uma cerca, à beira da Laguna dos Patos, em área de preservação permanente, sem autorização do órgão competente.

10) Inquérito Civil nº 00910.00070/2010, da Promotoria de Justiça de Tapes, pela Promotora de Justiça Carla Pereira Rêgo Flôres Soares, com a finalidade de investigar poluição sonora gerada, em tese, pelo estabelecimento comercial.

11) Inquérito Civil nº 00910.00079/2010, da Promotoria de Justiça de Tapes, pela Promotora de Justiça Carla Pereira Rêgo Flôres Soares, com a finalidade de investigar a possibilidade de desassoreamento do Arroio Passo Grande, pelo Município de Sentinela do Sul, com o objetivo de minimizar os problemas de transbordo do referido Arroio, prejudicando propriedades rurais e o tráfego na estrada de acesso à cidade.

12) Inquérito Civil nº 00910.00092/2010, da Promotoria de Justiça de Tapes, pela Promotora de Justiça Carla Pereira Rêgo Flôres Soares, com a finalidade de investigar possíveis danos ambientais consistentes na manutenção de construções irregulares, às margens da Laguna dos Patos, em área de preservação permanente (APP).

13) Inquérito Civil nº 00910.00098/2010, da Promotoria de Justiça de Tapes, pela Promotora de Justiça Carla Pereira Rêgo Flôres Soares, com a finalidade de apurar possíveis danos ambientais, em tese, praticados pelos investigados, pela prática de pesca predatória com petrechos não permitidos e sem licença dos órgãos ambientais competentes.

14) Inquérito Civil nº 00910.00099/2010, da Promotoria de Justiça de Tapes, pela Promotora de Justiça Carla Pereira Rêgo Flôres Soares, com a finalidade de apurar possíveis danos ambientais, em tese, praticados pelos investigados, pela prática de pesca predatória com petrechos não permitidos e sem licença dos órgãos ambientais competentes, na Sanga das Charqueadas, em Tapes/RS.

TAQUARA

1) Inquérito Civil nº 00911.00063/2010, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de investigar extração de arenito sem licenciamento ambiental competente, na localidade de Santa Cruz da concórdia no Município de Taquara – RS.

2) Inquérito Civil nº 00911.00108/2010, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de investigar possível perturbação do sossego alheio decorrente de eventos realizados no clube comercial de Taquara.

3) Inquérito Civil nº 00911.00109/2010, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de investigar falta de local para abrigamentos temporário de equinos apreendidos no município de Taquara.

4) Inquérito Civil nº 00911.00112/2010, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de investigar extração mineral, sem licença dos órgãos ambientais competentes.

5) Inquérito Civil nº 00911.00113/2010, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de investigar depósito irregular de resíduos sólidos industriais, em contato direto com o solo e exposto a céu aberto.

6) Inquérito Civil nº 00911.00114/2010, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de investigar atividade irregular de aviário.

TENENTE PORTELA

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 033/2010, da Promotoria de Justiça de Tenente Portela, pela Promotora de Justiça Dinamércia Maciel de Oliveira, com a finalidade de apurar prática de atividade poluidora, consistente num forno de carvão, sem registro, na localidade de Alto Azul, interior do Município de Tenente Portela.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 08 de novembro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 560

TRÊS DE MAIO

1) **Inquérito Civil nº 00916.00021/2010**, da Promotoria de Justiça de Três de Maio, pelo Promotor de Justiça Ricardo Melo de Souza, com a finalidade de investigar corte raso em uma área de 5,6 ha de floresta nativa, considerada "Floresta Secundária em estágio médio de regeneração"; bem como uso de fogo no local e uso da área para plantio, impedindo, assim, a regeneração natural, na localidade de Linha São Miguel – interior do município de Nova Candelária.

TRIUNFO

1) **Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 16/10**, da Promotoria de Justiça de Triunfo, pela Promotora de Justiça Rosângela Mazzuco, com a finalidade de apurar eventuais danos ao meio ambiente, ante a prática do investigado, e, ainda, de coletar dados para possibilitar ajuizamento de possível Ação Civil Pública ou a realização de Termo de Ajustamento com o responsável.

TUCUNDUVA

1) **Inquérito Civil nº 00919.00011/2010**, da Promotoria de Justiça de Tucunduva, pela Promotora de Justiça Anamaria Thomaz, com a finalidade de investigar destruição de floresta nativa considerada secundária, em estágio médio de regeneração, em uma área de 1.140m², na localidade de Lajeado Bordado, neste Município, sem autorização do órgão ambiental competente, atingindo espécies como: timbó, branquilha, guajuvira, cabreúva dentre outras.

2) **Inquérito Civil nº 00919.00013/2010**, da Promotoria de Justiça de Tucunduva, pela Promotora de Justiça Anamaria Thomaz, com a finalidade de investigar manutenção de 11 (onze) pássaros da fauna silvestre brasileira, sendo 03 (três) azulões e 08 (oito) cardeais, e apreensão de 09 (nove) gaiolas e 02 (dois) alçapões armados para capturar outras aves, na localidade de Ponte Pratos, Tucunduva, RS.

3) **Inquérito Civil nº 00919.00014/2010**, da Promotoria de Justiça de Tucunduva, pela Promotora de Justiça Anamaria Thomaz, com a finalidade de investigar corte de 20 (vinte) árvores nativas, fora da APP, sendo 02 (duas) aroeiras, 16 (dezesesseis) timbós e 02 (duas) mamicas de cadela, sem licença do órgão ambiental competente, e utilização de motosserra sem registro/licença do IBAMA. Apreendidos 4,41 m³ de lenha e 01 motosserra Sthil MS 170.

4) **Inquérito Civil nº 00919.00015/2010**, da Promotoria de Justiça de Tucunduva, pela Promotora de Justiça Anamaria Thomaz, com a finalidade de investigar manutenção em cativeiro de 03 (três) aves da fauna silvestre brasileira, sendo 01 (um) papagaio, 01 (uma) graúna e 01 (um) corrução, todos sem anilhas ou licença do IBAMA.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 05 de Novembro de 2010.

JÚLIO ALFREDO DE ALMEIDA,

Coordenador do Centro de Operacional de Defesa do Meio Ambiente.

De acordo.

LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

BOLETIM Nº 522/10

AVISO Nº 91/10

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 16 de Novembro de 2010, ou nos 15 dias subsequentes, às 13h30min, Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, 8º andar, Torre Norte, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, nesta Capital, será deliberado sobre promoção de arquivamento de inquéritos civis, instaurados para apurar os fatos a que se referem os seguintes processos: **RELATOR: CONSELHEIRO MARIO ROMERA: Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro: 01) Processo nº IC.00721.00025/2009:** possível violação aos direitos do idoso W. D., em possível situação de risco, tendo como investigado Generali do Brasil Companhia nacional de Seguros, ocorrido no município de Barra do Ribeiro. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Butiá: 02) Processo nº IC.00938.00011/2007:** OBJETO: averiguar a ocorrência de dano ambiental, face o exercício de atividade potencialmente poluidora (reciclagem), sem licença do órgão competente. INVESTIGADO: Maria Helena Mendes Machado. LOCAL: na Av. Perimetral do III Exército, esquina com a Estrada Velha Porto do Conde, 30, Poço 04, em Butiá. 03) Processo nº PI.00938.00012/2010: OBJETO: Auditoria de Admissão do Poder Executivo de Minas do Leão, referente ao período de 01/09/2007 a 30/09/2008. INVESTIGADO: Município de Minas do Leão. LOCAL: Minas do Leão. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã: 04) Processo nº IC.00732.00037/2009:** apurar degradação ambiental causada pela apreensão, em cativeiro, de pássaros silvestres, sem licença ambiental, na propriedade de Giliane Rodrigues de Souza, localizada em Camaquã/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Campina das Missões: 05) Processo nº IC.00940.00018/2007:** investigar possíveis irregularidades na aquisição de produtos, sem licitação, pelo Município de Candi-do Godói/RS, nos anos de 2005 e 2006, figurando como investigado Basílio Afonso Kramer, o qual, na condição de Secretário de Finanças, ordenava a compra de materiais. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul: 06) Processo nº IC.00748.00406/2009:** investigado: Márcio Paschoal. Requerente: PATRAM Caxias do Sul. Objeto: Corte de vegetação nativa. Local: Caxias do Sul - RS. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Farroupilha: 07) Processo nº IC.00771.00028/2010:** objeto: Poluição sonora causada pela Boate do Restaurante Parque dos Pinheiros, em Farroupilha. Parte: Boate Restaurante Parque dos Pinheiros. Local: Rua Independência, Bairro Parque dos Pinheiros, neste Município. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen: 08) Processo nº IC.00775.00018/2007:** OBJETO: Irregularidades em cargos providos por contratação temporária por meio do Poder Executivo Municipal. PARTES: Poder Executivo



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 08 de novembro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 560

Municipal de Pinheirinho do Vale. LOCAL: Pinheirinho do Vale/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí:** 09) Processo nº SD.00834.00038/2010: objeto: Apurar as irregularidades ocorridas no início de 2009, no Abrigo Residencial Alice Catarina, em especial episódio de abuso sexual e fugas;. Local: Rua Rincão da Madalena, Gravataí/RS. Investigados: Abrigo Residencial Alice Catarina e Município de Gravataí. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí:** 10) Processo nº IC.00783.00070/2010: objeto: apurar funcionamento irregular de demolidoras. Local: Av. Dorival Cândido Luz de Oliveira, 7637, Gravataí. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Marau:** 11) Processo nº IC.00806.00018/2007: OBJETO DO EXPEDIENTE: Destoca/destruição de aproximadamente 0,1 ha. (1.000m²) de capoeirão, sem autorização do órgão competente. LOCAL DO FATO: CAP. POMPEIA, LINHA 20, INTERIOR, MUNICÍPIO DE VILA MARIA (RS). INVESTIGADO: DARCI GAZOLA. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Panambi:** 12) Processo nº IC.00819.00018/2009: OBJETO: Apurar dano a interesses transindividuais dos consumidores em razão da exposição à venda, pelos estabelecimentos comerciais autuados, de produtos com prazo de validade vencido, embalagem rompida, em condição imprópria para o consumo. LOCAL: Rua do Comércio 1040, Condor/RS. PARTES: Ministério Público de Panambi, e Mercado e Açougue Avenida de propriedade do Sr. Nelson Keller, Rua do Comércio 1040, Condor/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo:** 13) Processo nº IC.00820.00206/2010: PRÁTICA DE POLUIÇÃO SONORA, NA AVENIDA BRASIL, 46, NESTA CIDADE, TENDO COMO INVESTIGADO A EMPRESA ALEXSANDRO DAL MAGRO E CIA LTDA. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Piratini:** 14) Processo nº IC.00828.00001/2010: I - OBJETO: Investigar irregularidades na utilização de equipamentos de som em veículos automotores para divulgação de eventos; II - LOCAIS: zona central e bairros desta cidade; III - INVESTIGADOS: José Carlos Carvalho Leopoldo, Fabrício Josué Dias Silveria, Paulo Fernando de Ávila Duarte, Dilon Silva Pereira, Daiane Vaz Ortiz, Paulo Fabiano da Luz Teixeira, Adão Jesus Silveira e Marcel de Almeida Oliveira. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande:** 15) Processo nº IC.00852.00257/2008: OBJETO: APURAR EVENTUAL LIBERAÇÃO IRREGULAR PARA A CONSTRUÇÃO DE LOTEAMENTO EM APP - ARROIO VIEIRA. INVESTIGADO: MUNICÍPIO DO RIO GRANDE. REQUERENTE: DE OFÍCIO. LOCAL: RIO GRANDE/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula:** 16) Processo nº IC.00882.00051/2005: IRREGULARIDADES ENSEJADORAS DE PREJUÍZOS AO ERÁRIO DE RESPONSABILIDADE DO PREFEITO ANTONIO DECIO COLLA OCORRIDO NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sapiiranga:** 17) Processo nº IC.00901.00035/2009: ASSUNTO: APURAR OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL DECORRENTE DO EXERCÍCIO DE

LAVAGEM DE VEÍCULOS SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO AMBIENTAL, TENDO COMO INVESTIGADA A EMPRESA "AUTO LAVAGEM ROCHA", ESTABELECIDADA NA RUA PALMEIRAS, 28, EM SAPIRANGA/RS. **RELATOR: CONSELHEIRO ANÍZIO PIRES GAVIÃO FILHO:** **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 18) Processo nº IC.00832.00147/2010: CMP. Possível publicidade enganosa referente a projeto imobiliário. Reclamante: Tânia Jamardo Faillace. Reclamada: KPN Representações e Serviços de Internet Ltda. Local: P. Alegre/RS. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre:** 19) Processo nº IC.00833.00030/2009: averiguar poluição sonora causada pela empresa APOLOSUL Distribuidora de Jornais, com sede na Rua Washington Luiz n.º 88, nesta Capital. Investigado: Apolosul Distribuidora de Jornais. Reclamante: Fernando Tarragô Grovermann. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre:** 20) Processo nº IC.01128.00103/2010: averiguar possíveis irregularidades nos reajustes das mensalidades cobradas pelo Plano de Saúde SENERSAÚDE. Local dos fatos: Estado do Rio Grande do Sul. Partes: SENERSAÚDE (Sindicato dos Assalariados, Ativos, Aposentados e Pensionistas, nas Empresas Geradoras, ou Transmissoras, ou Distribuidoras, ou Afins de Energia Elétrica no Estado do Rio Grande do Sul e Assistidos por Fundações de Seguridade Privada Originadas no Setor Elétrico - SENERGISUL/SENERSAÚDE) e Agenor Pereira da Silva. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística:** 21) Processo nº IC.01202.00069/2009: investigar abandono de imóvel na Rua Dom Pedro II, perto da esquina com a Av. Assis Brasil, Bairro São João, nesta Capital. INVESTIGADO: MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE E PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL NA RUA DOM PEDRO II, ESQUINA COM A AV. ASSIS BRASIL. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Arroio do Meio:** 22) Processo nº IC.00715.00051/2009: FATO: USO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS EM ZONA URBANA INVESTIGADO: JOÃO ERNANI SCHMITT E ROQUE KELZER LOCAL: RUA PRESIDENTE VARGAS, 2289, BAIRRO SÃO CAETANO, ZONA URBANA, ARROIO DO MEIO/RS. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Bagé:** 23) Processo nº IC.00718.00012/2009: objeto: falta de professores, supervisão, serventes, merenda, material de limpeza e expediente. Local: Candiota. Investigada: Escola Estadual Dario Lassance. 24) Processo nº IC.00718.00013/2009: OBJETO: IRREGULARIDADES EM CEDÊNCIAS DE SERVIDORES DA CRM PARA A PREFEITURA DE CANDIOTA. INVESTIGADOS: CRM E MUNICÍPIO DE CANDIOTA. LOCAL: CANDIOTA. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Dois Irmãos:** 25) Processo nº IC.00757.00008/2010: objeto: comercialização de medicamentos por estabelecimento não licenciado. Local: Mercado Kielling, em São José do Herval, 1282, Morro Reuter. Partes: Jorge José Kielling ME e Walter Souza Filho. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Itaqui:** 26) Processo nº PI.00797.00015/2010: servidor público transferido. Possível perseguição política. Possível inobservância dos princípios



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 08 de novembro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 560

constitucionais por parte do administrador municipal. Local: Prefeitura Municipal de Maçambará, Município de Maçambará. Partes: Flávio Hildebrando dos Santos Moreira, Apresentante/vítima. Aldérico Domingos Copatti, Prefeito Municipal de Maçambará, investigado. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo:** 27) Processo nº IC.00820.00065/2010: APURAR A PRÁTICA DE PESCA PREDATÓRIA ILEGAL, COM UTILIZAÇÃO DE PETRECHOS PROIBIDOS NA BARRAGEM DO RIO PASSO FUNDO, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE RONDA ALTA, TENDO COMO REQUERENTE O 3º BATALHÃO AMBIENTAL DA BRIGADA MILITAR E COMO INVESTIGADOS ALEXANDRE RODRIGUES PEDROSO E OUTROS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande:** 28) Processo nº PI.00852.00055/2010: OBJETO: AVERIGUAR DANO AMBIENTAL CAUSADO PELO ABANDONO DE TERRENOS NAS RUAS SOLANO RODRIGUES E JAIME DARCY. REQUERENTES: ANILSON ARAÚJO, NEI BUENO VALENTE E ADAR SILVEIRA PEREIRA. INVESTIGADO: MUNICÍPIO DO RIO GRANDE. LOCAL: RIO GRANDE/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul:** 29) Processo nº IC.00861.00078/2009: apurar a notícia de eventual poluição sonora advinda da Distribuidora do Jornal Zero Hora, localizada na Rua Presidente Rodrigues Alves, nº 855, Bairro Goiás, Santa Cruz do Sul, em razão do funcionamento de carga e descarga de caminhões durante a madrugada, prejudicando a qualidade de vida dos moradores do entorno. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres:** 30) Processo nº IC.00914.00037/2007: "ATOS IMPROBOS, CONSISTENTE AO NÃO REPASSE DO FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO SERVIDOR - FAPS, NO MUNICÍPIO DE ARROIO DO SAL, TENDO COMO INVESTIGADO SR. JOÃO LUIZ DA ROCHA. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três de Maio:** 31) Processo nº IC.00916.00021/2005: DANO AMBIENTAL (EXALAÇÃO DE ODOR E BARULHO), no município de Três de Maio, tendo como investigado o MERCADO AGRÍCOLA BURICÁ LTDA. **RELATORA: CONSELHEIRA ANA LUIZA MERCIO LARTIGAU:** **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa:** 32) Processo nº IC.00949.00096/2010: eventual existência de captação de água subterrânea sem outorga do DRH, na propriedade do Sr. Maico Cesar Menger, localizada na Av. Paraguassú, nº 305, Balneário Araçá, em Capão da Canoa. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim:** 33) Processo nº IC.00762.00063/2009: apurar o exercício de atividades de marcenaria, com emissão de ruídos, poeira e odores de pintura, sem licença ambiental, na avenida José Oscar Salazar, nº 708, em Erechim, constando como reclamante LOURIVAL BELLE e como investigada INDÚSTRIA DE MÓVEIS RAMPI-LIN LTDA (FÁBRICA DE MÓVEIS RAMPI). **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Farroupilha:** 34) Processo nº IC.00771.00011/2010: OBJETO: ESGOGO A CÉU ABERTO - POLUIÇÃO HÍDRICA. LOCAL: LOTEAMENTO MILANO, BAIRRO BELA VISTA, EM FAR-

ROUPILHA, MAIS ESPECIFICAMENTE NOS LOTES 10 E 11, DA QUADRA 682(RUA LUIZ PIGOZZI, DISTANDO 48 METROS DA RUA PEDRO MARCHETO, LADO PAR). PARTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo:** 35) Processo nº IC.00815.00008/2010: eventual ausência de saneamento e esgotamento pluvial em área situada no bairro Liberdade, em Novo Hamburgo/RS. Local: Novo Hamburgo. Investigado: Município de NH. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Osório:** 36) Processo nº IC.01211.00021/2009: verificar as condições de acessibilidade das pessoas com necessidades especiais do prédio da Escola Estadual de Ensino Fundamental Cônego Pedro Jacobs, localizada na Rua 16 de Dezembro, 351, Bairro Glória, em Osório, de responsabilidade do Estado do Rio Grande do Sul. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo:** 37) Processo nº IC.00820.00310/2008: APURAR EVENTUAL EXERCÍCIO IRREGULAR DE ATIVIDADE (EXTRAÇÃO DE SAIBRO), NO ANO DE 2008, TENDO COMO INVESTIGADO O MUNICÍPIO DE PONTÃO E COMO REQUERENTE A 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DE PASSO FUNDO. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula:** 38) Processo nº IC.00882.00037/2008: possível irregularidade em licitação conforme a lei 8.666/93, de responsabilidade do Prefeito Décio Antônio Colla, ocorrido no Município de São Francisco de Paula. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Taquari:** 39) Processo nº IC.00912.00024/2006: DEFESA COMUNITÁRIA - POLUIÇÃO AMBIENTAL SILAGEM - BAIRRO RINCÃO - TAQUARI/RS. INVESTIGADO: NELSON DE OLIVEIRA MARQUES. RECLAMANTE: ELAINE SANTIAGO. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí:** 40) Processo nº IC.00915.00057/2010: acúmulo de areia na Av. Paraguassu, em frente ao nº 380, Imara, em Imbé, informado pela Sr.ª Eneci Clemente Serra. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Veranópolis:** 41) Processo nº IC.00929.00040/2007: LOCAL: Acompanhar a situação do Município de Cotiporã no que se refere à acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. PARTE: MUNICÍPIO DE COTIPORÃ. LOCAL: COTIPORÃ. **RELATOR: CONSELHEIRO EDUARDO DE LIMA VEIGA:** **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 42) Processo nº IC.00832.00008/2010: Possível comercialização de produtos sem registro no Ministério da saúde e com rotulagem irregular. Reclamado: Integral Médica S/A. Reclamante: De ofício. Local: RS. 43) Processo nº IC.00832.00017/2010: Apurar a deficiência na prestação de serviços e prática abusiva. Apresentante: CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL (COREN - RS). Reclamado: ESCOLA IRMÃO ERNESTO DEWES (SOS RIALESA - SOCIEDADE SUL RIOGRANDENSE ALEMÃ DE ENSINO E SAÚDE). Local: RS. 44) Processo nº IC.00832.00110/2010: CMP. Cobrança indevida de serviços de provedor. Reclamante: Elisandra da Silva. Reclamada:



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 08 de novembro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 560

Terra Networks Brasil S/A. Local: SC. 45) Processo nº IC.00832.00220/2008: Prática comercial abusiva consistente na dificuldade de quitação de dívidas por aposentados. Apresentante: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BUTIÁ. Reclamante: LUIZ ASSIS DA SILVA LOCK. Reclamado: BANCO BMG. Local: RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Butiá:** 46) Processo nº IC.00938.00003/2009: OBJETO: tratar da ocorrência, em tese, de possíveis irregularidades cometidas no processo de licenciamento ambiental de extração de carvão. INVESTIGADA: Empresa Carbonífera Criciúma S.A. LOCAL: Minas do Leão - RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeirinha:** 47) Processo nº IC.01127.00020/2008: investigar casa noturna (CHARMS CLUB) causadora de perturbação da tranquilidade e do sossego alheio, localizada na Av. Papa João XXIII, 215, em Cachoeirinha. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Campina das Missões:** 48) Processo nº IC.00940.00016/2004: investigar dano ambiental resultante do uso de fogo em área agropastoril (capoeira), o qual atingiu uma área de 0,8 hectares, sem licença do órgão ambiental competente, tendo como autor ELMIRO REINKE e como local do fato a Linha Treze de Maio, interior de Cândido Godói/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Candelária:** 49) Processo nº IC.00736.00010/2007: apurar a ocorrência de dano ambiental, consistente na extração irregular de cascalho às margens do Rio Pardo (em APP), sem o devido licenciamento ambiental, em Candelária, figurando como investigado LEÔNIDAS KRUG. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa:** 50) Processo nº IC.00949.00113/2010: averiguar notícia de corte de árvores na Rua Bom Jesus, em Remanso, Xangri-Lá, pela Prefeitura Municipal, ocasionando prejuízo aos moradores, tendo em vista que recentemente uma árvore foi cortada e caiu sobre um muro, causando estragos. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta:** 51) Processo nº IC.00754.00061/2009: apurar possível ocorrência de delito contra animais durante a realização de experiências pelo Hospital Veterinário da Universidade de Cruz Alta. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul:** 52) Processo nº IC.01232.00007B/2008: apuração de eventual dano ambiental condizente com depósito/extração mineral (areia), com fins de comércio, sem autorização do órgão ambiental competente, realizada pela empresa Luis Antonio Fontoura de Campos Comércio de Materiais de Construção, na Rua Martinho Poeta, 2477, Bairro Picada, Eldorado do Sul. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim:** 53) Processo nº IC.00762.00183/2005: eventual dano ambiental causado pelo corte seletivo de aproximadamente 03 hectares de mata nativa, na Linha Bem-te-vi, Aratiba, fato constatado em 20 de dezembro de 2001, tendo como investigado JANDIR TAMANHO. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí:** 54) Processo nº IC.00783.00035/2010: objeto: possível ocorrência de festa have. Investigado: Sítio do Beto Centro de

Lazer e Eventos LTDA. Local: RS 020, parada 85, próximo ao Beco do Pavão, nº 380. Gravataí/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo:** 55) Processo nº IC.00820.00291/2006: AVERIGUAR EXERCÍCIO IRREGULAR DE ATIVIDADE - DANOS À FLORA, NO ANO DE 2006, NESTE MUNICÍPIO, TENDO COMO INVESTIGADO VALDIR PICCININI E COMO REQUERENTE O 3º BATALHÃO AMBIENTAL DA BRIGADA MILITAR. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas:** 56) Processo nº IC.00824.00017/2010: investigação sobre irregularidades ambientais na oficina municipal do Capão do Leão - rampa de lavagem e lubrificação não licenciada. autor do fato: Município do Capão do Leão. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande:** 57) Processo nº IC.00853.00008/2008: AVERIGUAR A SITUAÇÃO DO DECRÉSCIMO NA QUALIDADE DO ATENDIMENTO NO POSTO MÉDICO DO CASSINO, LOCALIZADO NA AV. JÚLIO DE CASTILHOS, RIO GRANDE. INVESTIGADOS: POSTO MÉDICO DO CASSINO E MUNICÍPIO DO RIO GRANDE. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande:** 58) Processo nº IC.00852.00023/2008: OBJETO: APURAR EVENTUAL ADULTERAÇÃO NA FORMULAÇÃO DA TARIFA DO TRANSPORTE COLETIVO PARA O ANO DE 2008. REQUERENTE: DE OFÍCIO. INVESTIGADOS: MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, EMPRESA NOIVA DO MAR E SOCIEDADE DE TRANSPORTE UNIÃO DOS COTISTAS. LOCAL: RIO GRANDE/RS. 59) Processo nº PI.00852.00188/2008: OBJETO: APURAR DENÚNCIA DE ABANDONO DO TERRENO SITUADO NA RUA BENTO MARTINS ESQUINA MARECHAL ANDRÉA. LOCAL: RIO GRANDE/RS. PARTES: REQUERENTE - CAROLINE OLIVEIRA DE SOUZA E OUTROS, INVESTIGADO - RENATA MARIA DA ROCHA. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul:** 60) Processo nº IC.00856.00023/2009: APURAR POSSÍVEL OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL, CONSISTENTE NO FUNCIONAMENTO DE EMPREENDIMENTO POTENCIALMENTE POLUIDOR (OFICINA MECÂNICA), LOCALIZADA NA AV. CORONEL SABINO DE ARAÚJO, Nº 1056, BAIRRO CENTRO, EM ROSÁRIO DO SUL, SEM LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE, FIGURANDO COMO INVESTIGADO PAULO OLEGÁRIO VALENTE DUARTE, INSTAURADO POR REPRESENTAÇÃO DO 3º PELOTÃO AMBIENTAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul:** 61) Processo nº IC.00861.00001/2007: apurar a ocorrência de depósito de 25 metros estéreis de lenha nativa sem licença do órgão ambiental competente, na propriedade de Hédio Wegner, em Sinimbu/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo:** 62) Processo nº IC.00887.00011/2009: verificar com as Empresas de Telefonia Celular sobre a possibilidade de ser instalada uma antena para celular na localidade de Quitéria, distrito de São Jerônimo, pois a antena de telefonia mais próxima da localidade, segundo reclamado, está distante 55km. **RELATOR: CONSELHEIRO ALTAMIR FRANCISCO**



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 08 de novembro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 560

ARROQUE: Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre: 63) Processo nº IC.00832.00009/2010: Prática comercial abusiva consistente na oferta e venda de ingressos para evento a ser realizado sem autorização municipal. Apresentante: PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DE VIAMÃO. Reclamados: INNER SOUL PRODUTORA DE EVENTOS e GONÇALVES E GROSSI PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA. Local: RS. 64) Processo nº IC.00832.00011/2010: Prática comercial abusiva - descumprimento contratual relativo a estragos de pertences de consumidores, bem como extravios sem reembolso ou informações. Apresentante: 10º Juizado Especial Civil. Reclamado: Tom Mix. Local: RS. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre:** 65) Processo nº IC.00833.00086/2008: averiguar maus-tratos decorrentes de rinha de galos na Rua dos Canudos nº 900, Bairro Cascata, nesta Capital. Investigados: Carlos Alberto Rodrigues da Silva e Cypriano Luiz Lacerda. Requerente: MPE. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística:** 66) Processo nº IC.01202.00056/2009: investigar conservação da Praça Libanesa e ausência de fiscalização sobre a realização de eventos no espaço público. LOCAL: Praça Libanesa, Porto Alegre. INVESTIGADOS: MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE E LINDÓITÊNIS CLUBE. INTERESSADOS: ATHOS A ZANESCO. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé:** 67) Processo nº IC.00718.00035/2010: lesão pela deficiência no atendimento ao cliente. Investigada: NET Serviços de Comunicação S/A. Requerentes: Giovana Gonçalves Martins e Luiz Carlos Nunes. Local: BAGÉ. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Farroupilha:** 68) Processo nº IC.00771.00065/2009: objeto: Cancha de bochas instalada em área verde do Município. Local: Rua Guaporé, Bairro Industrial, em Farroupilha. Parte: Município de Farroupilha. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar:** 69) Processo nº IC.00870.00001/2010: apurar denúncia relativa à existência de atividade potencialmente poluidora (posto de lavagem de veículos) sem licenciamento ambiental. Investigado: José Josenilson Barbosa Gama. Local do fato: Rua João Teles, nº 999, Bairro Vitoriense, município de Santa Vitória do Palmar/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Viamão:** 70) Processo nº IC.00930.00036/2006: investigado: CONDOMÍNIO CANTEGRIL. Investigar notícia de que a via pública, Rua Ospa, nº 47, Vila São Lucas, em Viamão/RS, foi incorporada patrimônio privado do Cantegril. **RELATOR: CONSELHEIRO FABIO BIDART PICCOLI: Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre:** 71) Processo nº IC.00829.00151/2009: requerente: MPF. Requeridos: Otomar Vivian e Antônio Dornéu Maciel. Descrição: Possível patrocínio estatal de evento, no valor de R\$ 30.000,00, para as empresas STORA ENSO e ARACRUZ CELULOSE. Local do fato: Porto Alegre. **RELATOR: CONSELHEIRO RENATO VINHAS VELASQUES: Encaminhado por Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem**

Urbanística: 72) Processo nº IC.01202.00177/2006: investigar parcelamento irregular de solo nas proximidades da Av. Juca Batista e do Aeroclube do RS, com acesso pela Estr. Retiro da Ponta Grossa, seguindo pelas Ruas Dorvalina Rodrigues de Freitas e João Macedo de Freitas. INVESTIGADO: MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE. INTERESSADO: SIMONE BONEBERG QUADROS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Augusto Pestana:** 73) Processo nº IC.00937.00007/2010: implementar ações para dar maior efetividade ao adequado funcionamento do serviço de remoções fúnebres para efeito de necropsias e moralização do segmento funerário nos Municípios da Comarca, em especial em relação à Funerária LANKRON, situada na Rua Orozimbo Sampaio, 481, Centro, no Município de Augusto Pestana, tendo como investigado ARNOLDO LANGER DE MOURA, proprietário da empresa e residente no mesmo endereço. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé:** 74) Processo nº IC.00718.00066/2007: OBJETO: DEPÓSITO DE RESÍDUOS SÓLIDOS SEM LICENÇA AMBIENTAL. INVESTIGADO: ADELMO ZANONI. LOCAL: BAGÉ. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul:** 75) Processo nº IC.00748.00249/2009: OBJETO: DISPOSIÇÃO IRREGULAR DE EFLUENTES. INVESTIGADO: MAURÍCIO TESSARI, End. BR 116, Km 153, nº 5687, bairro Panazzolo, Caxias do Sul. REQUERENTE: PATRAM. 76) Processo nº IC.00748.00310/2006: OBJETO: POSSÍVEIS DANOS AOS CONSUMIDORES CONSISTENTES NO AUMENTO DA MENSALIDADE DE PLANO DE SAÚDE EM VALORES ELEVADOS, QUANDO O CONSUMIDOR COMPLETA 70 ANOS. REPRESENTANTE: ALCIDES PEREIRA DA CRUZ. INVESTIGADO: PLANO FÁTIMA. LOCAL: CAXIAS DO SUL, RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Ijuí:** 77) Processo nº IC.00794.00004/2008: ASSUNTO: USO DE FOGO, SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE, EM UMA ÁREA AGROPASTORIL DE 0,21 HECTARES, JUNTO A UMA ESCOLA MUNICIPAL; PARTES: EVA MARGARIDA DA SILVA TRINDADE, MUNICÍPIO DE BOZANO; LOCAL: IJUÍ-RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Marau:** 78) Processo nº IC.00806.00015/2006: OBJETO DO EXPEDIENTE: Destoca de capoeira sem autorização do Órgão Ambiental competente. LOCAL DO FATO: LOCALIDADE DE LINHA CACHOEIRÃO, INTERIOR, MUNICÍPIO DE MARAU-RS. INVESTIGADO: HONORINO SOLDA. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo:** 79) Processo nº IC.00814.00024/2009: POSSÍVEL DEPÓSITO IRREGULAR DE RESÍDUOS. Local: Novo Hamburgo. Investigado: Europlot Incorporações Imobiliárias Ltda. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo:** 80) Processo nº PI.00814.00087/2009: AVERIGUAR REGULARIDADE DO BAR. Local: Novo Hamburgo. Investigado: Bar Dois Amigos. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande:** 81) Processo nº IC.00853.00011/2008: OBJETO DO EXPEDIENTE: AVERIGUAR A POSSÍVEL OMISSÃO DO ESTADO NA REALIZA-



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 08 de novembro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 560

ÇÃO DE EXAME ELETRONEUROMIOGRAFIA. LOCAL: MUNICÍPIO DE RIO GRANDE/RS. PARTES: VÂNIA MARIA VEIGA DA SILVA, residente na Rua República do Líbano, 285, bairro centro deste município; e o ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sananduva:** 82) Processo nº IC.00857.00042/2009: OBJETO: Aquisição de óleo diesel, exercícios 2001 a 2004. INVESTIGADOS: Celso Prando e Sandro José Salvador. LOCAL: Sananduva/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria:** 83) Processo nº IC.00864.00031/2010: objeto: Obra em APP sem Licença Ambiental. Local: Rua Casemiro de Abreu, 43, Perpétuo Socorro, Santa Maria - RS. Investigado: Anderson Victor Rolin Machado. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Rosa:** 84) Processo nº IC.00867.00007/2004: apurar possível degradação ambiental decorrente da destruição de vegetação nativa sucessora, sem autorização do órgão competente, pelo proprietário da área ARLINDO RIBEIRO HENRIQUE, na localidade de Bela União, em Santa Rosa. TCA em 09/06/2004. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Marcos:** 85) Processo nº IC.00948.00006/2008: objeto: Queima de campo nativo. Local: Linha Ilhéus, São Marcos-RS. Investigado: Cícero Baptista de Azevedo. Requerente: PATRAM. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tapera:** 86) Processo nº IC.00909.00001/2008: OBJETO: DANO AMBIENTAL DECORRENTE DA INEXISTÊNCIA DE MATA CILIAR. INVESTIGADOS: NELSON MIGUEL LUKEMEYER, JOSÉ PAULO BORGES, MILTON JACÓ HARTMANN, LUIZ CARLOS TONELLI, ISIDORO JUNGES, IVONI TEREZINHA JUNGES, AFONSO PREDIGER, IVO ALOISIO WEIRICH, INÁCIO JOSÉ THOMAS, JOÃO WUST, ERMANDIO SEIBEL E ANGELO PILATTI. LOCAL: MARGENS DO RIO COLORADO, COMARCA DE TAPERA. 87) Processo nº IC.00909.00008/2006: OBJETO: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, COLETA DE DADOS;. LOCAL: TAPERA - RS. PARTES: MUNICÍPIO DE TAPERA. **RELATOR: CONSELHEIRO DANIEL SPERB RUBIN:** **Encaminhado por Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre:** 88) Processo nº PI.00834.00008/2010: OBJETO: APURAR NOTÍCIA DE PROBLEMAS RELATIVOS À SITUAÇÃO DE CHAMADAS "ESCOLAS DE LATA" E CASOS DE PROSTITUIÇÃO JUVENIL NA ESCOLA JOSÉ MABILDE. LOCAL: ESCOLA JOSÉ MABILDE, NA ILHA DA PINTADA, PORTO ALEGRE/RS. PARTES: PROJETO OAB VAI À ESCOLA. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 89) Processo nº IC.00832.00170/2010: Apurar possível descumprimento de prazo de garantia do aparelho celular LG KM 710. Reclamante: NÚBIA MAICA MOREIRA. Reclamado: LG ELETRONICS DE SÃO PAULO LTDA. Local: RS. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística:** 90) Processo nº IC.01202.00091/2009: investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da falta de conservação da Rua Treze, na Vila Sampaio, Bairro Bom Jesus, nesta Capital. INTERESSADA: ASSOCIAÇÃO EDUCA-

CIONAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA. INVESTIGADO: MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã:** 91) Processo nº IC.00732.00047/2009: OBJETO: Averiguar ocorrência de infração ambiental envolvendo pássaros silvestres em cativeiro, sem autorização do órgão ambiental. LOCAL: Camaquã/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta:** 92) Processo nº IC.00754.00010/2007: apurar a ocorrência de possível dano ambiental na localidade de Três Capões, Município de Boa Vista do Incra, na propriedade de José Pedrotti, em razão do corte de árvores de espécie nativa, sem autorização do órgão ambiental competente e uso de secante em área de preservação permanente. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Dom Pedrito:** 93) Processo nº IC.00759.00084/2006: OBJETO: apuração dos danos ambientais decorrentes da construção de um barramento e de uma contenção em curso d'água, sem a devida licença ou autorização do órgão competente; LOCAL: leito do Banhado do Gusmão, estabelecimento "Fazenda Peral da Ponte", localidade de Ponche Verde, interior do Município de Dom Pedrito; PARTES: Ministério Público - investigador, João Celestino Coradini e Lino Sônego - investigados. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Esteio:** 94) Processo nº IC.00768.00004/2007: objeto: investigar o desvio de chamadas telefônicas de emergência (190, etc.) do Bairro Três Marias para o município de Cachoeirinha. AUTOR: DIRCE MARIA BLUEDOW e NARCISO JOSÉ REDIN. INVESTIGADOS: BRASIL TELECOM; GVT; VIVO OPERADORA DE TELEFONIA CELULAR; CLARO DIGITAL E TIM CELULAR. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Farroupilha:** 95) Processo nº IC.00771.00064/2009: objeto: Irregularidades na aquisição de pás-carregadeiras pelo Município de Farroupilha. Parte: Município de Farroupilha. Local: Farroupilha RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha:** 96) Processo nº IC.00801.00011/2010: OBJETO: Apurar eventual deficiência na prestação de serviços de esterilização para população feminina no Município de Lagoa Vermelha. INVESTIGADO: MUNICÍPIO DE LAGOA VERMELHA. LOCAL: LAGOA VERMELHA/RS. 97) Processo nº IC.00801.00035/2009: OBJETO: Buscar providências no sentido de implantar ações que possibilitem a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência nos Municípios da Comarca de Lagoa Vermelha. INVESTIGADO: MUNICÍPIO DE IBIRAIARAS. LOCAL: IBIRAIARAS/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo:** 98) Processo nº IC.00814.00022/2010: possível abandono de animais da espécie canina. LOCAL: NOVO HAMBURGO. INVESTIGADO: SERGIO GOLDSTEIN. 99) Processo nº IC.00814.00081/2009: POSSÍVEL EMISSÃO EXCESSIVA DE RUÍDOS. LOCAL: NOVO HAMBURGO. INVESTIGADO: LANCHERIA PONTO 3. 100) Processo nº PI.00814.00047/2010: POSSÍVEIS MAUS-TRATOS A ANIMAL DA ESPÉCIE CANINA. LOCAL: NOVO HAMBURGO. INVESTIGADO: CAROLINA. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de**



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 08 de novembro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 560

Osório: 101) Processo nº IC.01211.00005/2009: inadequação das calçadas e passeios públicos de todo Município de Osório, às normas de acessibilidade previstas na Lei Federal nº 10.098/00 e Decreto nº 5.296/04, tendo como investigado o Município de Osório. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo:** 102) Processo nº IC.00820.00037/2007: AVERIGUAR A PRÁTICA DE DANOS EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, NO MUNICÍPIO DE ERNESTINA, TENDO COMO INVESTIGADA NEUSA MARIA VARGAS DALBOSCO E COMO REQUERENTE O 2º GRUPO DE POLÍCIA AMBIENTAL DE CARAZINHO. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas:** 103) Processo nº IC.00824.00027/2005: partes/ investigado: ODERICH IRMÃOS INDÚSTRIA DE ALIMENTOS S/A. Objeto: Danos à saúde pública e ao consumidor, diante das condições sanitárias de poço de abastecimento e da potabilidade da água servida na referida empresa. Local: Pelotas. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul:** 104) Processo nº IC.00856.00032/2008: APURAR POSSÍVEL OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL EM DECORRÊNCIA DA CONSTRUÇÃO DE OBRAS (ESTRADA), NA "CHÁCARA MARAVILHA", LOCALIZADA NA VILA DOYLE, BR 158, EM ROSÁRIO DO SUL, EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (BANHADO), SEM LICENÇA DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE, FIGURANDO COMO INVESTIGADO O SR. VANDERLAN SEVERO. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria:** 105) Processo nº IC.00864.00097/2009: objeto: Possíveis irregularidades na administração Municipal de Silveira Martins. Investigado: Municipal de Silveira Martins, gestão de Erli Pozzebon. Local: Município de Silveira Martins. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar:** 106) Processo nº IC.00870.00015/2010: apurar denúncia relativa à existência de oficina de motocicletas em situação supostamente irregular, com possíveis danos ao meio ambiente. Investigado: Silvio Henrique Souza. Local dos fatos: Rua Dom Diogo de Souza, nº 755, Santa Vitória do Palmar/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo:** 107) Processo nº IC.00890.00031/2010: objeto: "Criação de porcos sem licenciamento ambiental na Rua Otto Daudt, 2214, Bairro Feitoria, nesta cidade.". Investigado: Júlio. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tapera:** 108) Processo nº IC.00909.00020/2008: OBJETO: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, COLETA DE DADOS. LOCAL: LAGOA DOS TRÊS CANTOS. PARTES: MARIA ELISABETE FERRAZ, PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA DOS TRÊS CANTOS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três de Maio:** 109) Processo nº IC.00916.00040/2006: desapropriação de imóvel, por parte da Prefeitura de São José do Inhacorá, sem observância, em tese, da legislação vigente. Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38, caput, do

Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 08 de novembro de 2010.

SÔNIA ELIANA RADIN,

Promotora-Assessora.

BOLETIM Nº 523/10

AVISO Nº 92/10

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 16 de novembro de 2010, ou nos 15 dias subseqüentes, às 13h30min, na Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80 - 8º andar - Torre Norte, na Sala dos Órgãos Colegiados, nesta Capital, será deliberado sobre promoção de arquivamento de inquéritos civis, instaurados para apurar os fatos a que se referem os seguintes processos: **RELATORA: CONSELHEIRA ANA LUIZA MERCIO LARTIGAU: Encaminhado pelo Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo:** 01) Processo nº 9917-09.00/05-2: possível dano ambiental decorrente da emissão excessiva de ruídos, por parte do estabelecimento Ylê de Umbanda Lança e Xangô, no Município. **RELATOR: CONSELHEIRO FABIO BIDART PICCOLI: Encaminhados pelo Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul:** 02) Processo nº 393-09.00/10-8: possível ato de improbidade administrativa na utilização de serviços de odontologia pelo Prefeito Municipal de Paraíso do Sul e outros; 03) Processo nº 685-09.00/10-6: potencial infração à ordem urbanística, decorrente da construção de habitações de interesse social, no Município de Cachoeira do Sul. **Encaminhado pelo 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa:** 04) Processo nº 11839-09.00/09-4: eventual irregularidade na instalação do empreendimento "La Plage", sob a forma de "loteamento fechado", no Município de Xangri-Lá. **Encaminhados pelo 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul:** 05) Processo nº 82-09.00/10-9: possível dano ao consumidor decorrente da abusividade nos preços de combustíveis, praticada pelo investigado Pilaplast Ind. e Com. de Plásticos Ltda., no Município; 06) Processo nº 87-09.00/10-2: possível dano ao consumidor consistentes na produção/comercialização de produtos impróprios ao consumo, por parte da empresa investigada Pilaplast Indústria e Comércio de Plásticos Ltda., no Município; 07) Processo nº 96-09.00/10-1: possível prática de publicidade enganosa, por parte da empresa A.G.LORENZ E CIA.LTDA., no Município; 08) Processo nº 613-09.00/10-8: possível dano ambiental, decorrente do exercício de queima e disposição irregular de resíduos industriais, por parte da investigada Progás Braesi, situada no Bairro Desvio Rizzo do Município. **Encaminhado pelo 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul:** 09) Processo nº 678-09.00/10-2: verificação



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 08 de novembro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 560

de inclusão do tema 'História e Cultura Afro-brasileira' no currículo oficial da rede de ensino fundamental de acordo com a determinação da Lei nº 9.394/96, com alteração da lei Federal nº 10.639/1903, ratificada pela lei nº 11.645/2008, de responsabilidade da Secretaria Municipal da Educação, no Município. **Encaminhados pelo 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas:** 10) Processo nº 646-09.00/10-1: dano ambiental, em razão da destruição irregular de vegetação nativa de aproximadamente 2,2ha de mata nativa, sem licença do órgão ambiental competente com por Altair Antônio Saccardo, no Município de Sertão; 11) Processo nº 651-09.00/10-0: possível dano ambiental decorrente do destocamento de cerca de 0,4ha de mata nativa, sem autorização do órgão competente, de responsabilidade de Ernesto Castelli, no Município de Getúlio Vargas. **Encaminhado pelo Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Marau:** 12) Processo nº 10396-09.00/08-0: dano ambiental em decorrência de depósito irregular de resíduos sólidos pelas empresas estabelecidas no Município de Marau. **Encaminhado pelo Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nova Prata:** 13) Processo nº 12198-09.00/09-2: possível dano ambiental decorrente de lavagens de legumes e verduras em instalações precárias, de responsabilidade de Desidério Strapazzon, no Município de São Jorge. **Encaminhado pelo 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria:** 14) Processo nº 634-09.00/10-4: dano ambiental decorrente do transporte de carvão vegetal sem licença do órgão ambiental, de responsabilidade de Paulo Souza Reis, no Município. **Encaminhado pelo 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santana do Livramento:** 15) Processo nº 350-09.00/10-2: possível dano ambiental decorrente do funcionamento de comércio de auto peças usadas, ferro velho e sucatas, depositados a céu aberto e diretamente no solo, sem autorização do órgão competente, de responsabilidade de Marcos Rivero Lopes, no Município. **Encaminhado pelo 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo:** 16) Processo nº 568-09.00/10-2: possível ato de improbidade administrativa, decorrente de eventual irregularidade na contratação do prestador de serviços Ari Coletto Carvalho, irmão do Prefeito Municipal de Vitória das Missões Ênio Coletto Carvalho, para a execução do Programa Esporte e Lazer na Cidade. **Encaminhado pelo 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha:** 17) Processo nº 721-09.00/10-2: possíveis irregularidades na Escola de Educação Infantil Saci Pererê, devido a falta de habilitação dos administradores para tal função, no Município. **Encaminhado pelo Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul:** 18) Processo nº 711-09.00/10-0: possível recebimento indevido de vantagem pecuniária, decorrente de indenização pelo desligamento junto a Câmara de Vereadores do Município por parte de Ênio Renato Pereira Andreotte, ex-funcionário daquela casa. **Encaminhado pelo 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça**

de Taquari: 19) Processo nº 538-09.00/10-7: possíveis irregularidades no Beco da Av. Lautert Filho, de responsabilidade de Paulo Rogério de Freitas, no Município. **Encaminhados pelo 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres:** 20) Processo nº 10642-09.00/09-3: possível dano ambiental decorrente da extração irregular de cerca de 96kg de "marisco-da-pedra", com a utilização de cavadeiras, para fins de serem transportados para a cidade de Penha/SC, onde seriam comercializados, sem autorização do órgão competente, de responsabilidade de Fernando de Liz Melo e Adilson Rodrigues dos Santos, no município; 21) Processo nº 12050-09.00/09-5: possível dano ambiental decorrente do corte de árvores nativas e queimada em área de preservação permanente, suprimindo cerca de 3600 espécies nativas, sem autorização do órgão competente, de responsabilidade de Laudernei Limberger, no município de Três Forquilhas. **Encaminhado pelo 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí:** 22) Processo nº 11835-09.00/09-3: falta de atendimento por psicólogo e por assistente social às crianças e adolescentes do Município de Cidreira, figurando este como investigado. **Encaminhados pelo 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana:** 23) Processo nº 58-09.00/10-0: possível ocorrência de abandono material e apropriação indébita do benefício previdenciário pago à interdita Maria Loureiro de Oliveira pelo INSS por parte de sua curadora, Beata Idalina Leonida de Lima, no Município; 24) Processo nº 59-09.00/10-2: dano ambiental, em razão de queima irregular de campo nativo, por Jandir Olavo Maciel da Silva, no Município. **Encaminhado pelo 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão:** 25) Processo nº 12199-09.00/09-5: risco de dano ao consumidor oriundo de funcionamento irregular e condições inapropriadas de higiene, constatados em auto de infração sanitária na Fábrica de Doces Sarela Ltda. - ME, no Município. **Encaminhado pelo Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Viamão:** 26) Processo nº 16008-09.00/07-0: eventual dano ambiental decorrente de extração ilegal de minério, de responsabilidade de José S. Homen e João Everaldo Fernandes, no Município. **Encaminhado pelo 2º Promotor de Justiça de Sapiranga:** 27) Processo nº 623-09.00/10-0: possível dano ambiental decorrente do exercício de lavagem de veículos, sem licença do órgão competente, por parte da lavagem "Pit Bull", no Município de Sapiranga. Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38, caput, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 08 de novembro de 2010.

SÔNIA ELIANA RADIN,
Promotora-Assessora.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 08 de novembro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 560

BOLETIM Nº 524/10
AVISO Nº 93/10

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 16 de Novembro de 2010, ou nos 15 dias subseqüentes, às 13h30min, Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, 8º andar, Torre Norte, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, nesta Capital, será deliberado sobre indeferimento de instauração de inquérito civil, relativo aos fatos a que se referem os seguintes expedientes: **RELATOR: CONSELHEIRO EDUARDO DE LIMA VEIGA: Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande:** 01) Processo nº RD.00852.00052/2010: OBJETO:RAZÕES DE RECURSO. LOCAL:RIO GRANDE/RS. PARTES:CLAUDIO LUIS NOBLE (REQUERENTE). Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38, caput, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 08 de novembro de 2010.

SÔNIA ELIANA RADIN,
Promotora-Assessora.

BOLETIM Nº 525/10
AVISO Nº 94/10

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 16 de Novembro de 2010, ou nos 15 dias subseqüentes, às 13h30min, Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, 8º andar, Torre Norte, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, nesta Capital, será deliberado sobre indeferimento de instauração de inquérito civil, relativo aos fatos a que se referem os seguintes expedientes: **RELATOR: CONSELHEIRO EDUARDO DE LIMA VEIGA: Encaminhado pelo Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Esteio:** 01) Processo nº PR.00768.00068/2010-6: recurso interposto pelo Partido Verde de Esteio contra o indeferimento de instauração de Inquérito Civil, no tocante ao reajuste anual dos salários dos servidores públicos municipais. Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38, caput, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 08 de novembro de 2010.

SÔNIA ELIANA RADIN,
Promotora-Assessora

BOLETIM Nº 526/10
AVISO Nº 95/10

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 16 de Novembro de 2010, ou nos 15 dias subseqüentes, às 13h30min, Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, 8º andar, Torre Norte, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, nesta Capital, será deliberado sobre promoção de arquivamento de inquéritos civis, instaurados para apurar os fatos a que se referem os seguintes processos: **RELATOR: CONSELHEIRO EDUARDO DE LIMA VEIGA: Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo:** 01) Processo nº IC.00890.00033/2005: objeto: FABRICAÇÃO DE PERFIS DE PVC, EM DESACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS, PELA EMPRESA DENOMINADA -PERFILYNE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PERFIS PLÁSTICOS. Local: RUA RIO GUAÍBA, Nº 180, JARDIM LUCIANA, NESTA CIDADE. Investigado: Perfylne Indústria e Comércio de Perfis Plásticos. Interessado: AFAP - Associação Brasileira dos Fabricantes de Perfis de PVC. Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38, caput, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 08 de novembro de 2010.

SÔNIA ELIANA RADIN,
Promotora-Assessora